

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA

JÉSSICA DOS ANJOS RIBEIRO

**ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DA MEDIDA  
SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

VITÓRIA

2016

JÉSSICA DOS ANJOS RIBEIRO

**ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DA MEDIDA  
SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre C. Aranzedo.

VITÓRIA

2016

JÉSSICA DOS ANJOS RIBEIRO

**ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DA MEDIDA  
SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, por:

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alexandre C. Aranzedo- Orientador

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Batista Tesche-Rossow

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Ms. Daniella Messa Melo e Cruz

Dedico essa pesquisa a todos educadores que conheço, em especial os educadores do “Centro Social São José de Calasanz” e da “Casa Sol Nascente”, pela brilhante e significativa atuação em defesa e luta pela população em situação de risco e vulnerabilidade.

Com vocês foi possível aprender a construir e reconstruir sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e coragem durante toda trajetória; a minha amada família pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência durante o estudo; ao meu orientador Prof. Dr. Alexandre C. Aranzedo e aos estimados professores por todo conhecimento compartilhado. Nada disso seria possível se não fosse o imensurável apoio recebido, hoje estamos colhendo juntos os frutos do nosso empenho.

Deixo a cada um de vocês minha gratidão. Essa conquista é nossa!

Construir um Novo Ser e um Novo Mundo a partir de uma nova relação é a chave da função social do educador. O vínculo que se estabelece entre o educador e o adolescente abre possibilidades para novas formas de sentir, querer e agir.

Portas que se abrem, portas que permanecem fechadas. Mas a chave existe. “É dentro de nós que as coisas são” — desejo e força. Educador/adolescente em sua paixão. Adolescente/educador de si mesmo através do outro. Viagem pelo espelho, imagens refletidas de sonho e realidade em que é possível descobrir-se, revelar-se, construir-se. Ser sendo e convivendo.

(do livro: “Aprendendo a ser e a conviver”, de Serrão e Baleeiro).

## RESUMO

A atuação do educador social tem como propósito garantir a atenção, defesa e proteção a população que se encontra em situação risco e vulnerabilidade, o educador busca por meio do trabalho multidisciplinar contribuir para que essas pessoas sejam conhecedoras e exercitem seus direitos e responsabilidades. Fazendo parte dessa população está o adolescente que cometeu ato infracional e cumpre medida socioeducativa em meio aberto, este tem a possibilidade de ressignificar seu ato e mudar o curso de sua vida através da mediação do educador. Assim dada a importância do educador no comprometimento em defesa dos direitos dessa população e motivado por uma experiência de estágio em um programa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) o presente estudo tem como objetivo principal analisar a atuação do educador social no atendimento aos adolescentes que cometeram ato infracional, descrevendo assim os aspectos relacionados ao perfil e atribuição desse educador, as implicações relacionadas a sua profissão, aos desafios presente em sua atuação e a influência que o mesmo exerce no processo de ressignificação dos adolescentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou a entrevista semi-estruturada como instrumento para coleta de dados. Para auxiliar na análise interpretação dos resultados foi utilizado análise de conteúdo e a teoria de identidade da psicologia social. Os resultados analisados apontam para construção de uma identidade singular, visto que o educador vem construindo sua identidade na relação com o outro, e no contato direto com a realidade em que está inserido. A militância, o voluntariado e o sentimento de amor pelo adolescente se destacam como motivação para sua atuação. Compreendemos que o estudo fortalece a identidade desse profissional de forma que possibilita um conhecimento aprofundado a cerca de sua atuação. Sua ação contribui para o processo de ressignificação do adolescente e consequentemente provoca transformações no meio em que este está inserido.

**Palavras-chave:** Adolescentes. Adolescente em conflito com a lei. Educador social. Identidade. Medida Socioeducativa.

## ABSTRACT

The acting of the social educator aims to secure attention, defense and protection of the population that is at risk and vulnerability situation. The educator search through multidisciplinary work to contribute to these people to be knowledgeable and to exercise their rights and responsibilities. As part of this population is the teenager who committed an offense and meets socio-educational measures in an open environment, it has the ability to reframe his act and change the course of his life through the mediation educator. So given the importance of the educator in the commitment to defend the rights of this population and motivated by an internship experience in an Assisted Liberty program (LA) and Provision of Community Service (PSC), the present study aims to analyze the performance of social educator in attendance to teenagers who have committed an offense, and describe aspects related to the profile and assignment of this educator, the implications related to their profession, to present challenges in its operations and the influence that it has on the reframing process of teenagers. This is a qualitative study, which used a semi-structured interview as a tool for data collection. To assist in analyzing interpretation of the results was used to analyze the content and the identity theory of social psychology. The results analyzed point to build a unique identity, as the educator has been building its identity in relation to the other and in direct contact with the reality in which it appears. The militancy, the volunteering and the feeling of love for the teen out as motivation for the educator actions. We understand that the study strengthens the identity of this professional way that enables an in-depth knowledge about its operations. Its action contributes to teenager reframing process and consequently causes changes in the environment in which it is inserted.

**Keywords:** Teens. Teenagers in conflict with the law. Social educator. Identity. Socio-educational measure.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>21</b>
2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	21
2.2 EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	27
2.3 ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL.....	29
2.4 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS .....	34
2.5 ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO.....	38
2.6 EDUCADOR SOCIAL E OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS.....	40
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>47</b>
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	47
3.2 PARTICIPANTES.....	47
3.3 CAMPO DE ESTUDO.....	48
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	49
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	50
3.6 ASPÉCTOS ÉTICOS.....	51
3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	51
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA.....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE PESQUISA A INSTITUIÇÃO.....</b>	<b>91</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) em 1990 houve um aumento das instituições que atendem a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social (NATALI, PAULA, 2008). Entre os profissionais que atuam nessas instituições está o educador social, realizando atendimento em diversos contextos educacionais, estabelecendo contato direto com a população atendida, principalmente pessoas em situação de violência, usuários de drogas, moradores de rua, famílias em situação de pobreza, grupos de terceira idade, adolescentes que cometeram ato infracional e entre outras atendidas por esse profissional. O educador social busca por meio do trabalho multidisciplinar, contribuir para que essas pessoas sejam conhecedoras e exercitem seus direitos e responsabilidades.

Perante a tantas possibilidades de atuação e transformações sociais presentes no percurso de sua atuação profissional, torna-se complexo identificar uma definição de educador social, contudo, de acordo com a justificativa do projeto de Lei nº 5346/2009, é proposta a criação da profissão de educador social, os concebe como profissionais que atuam em contextos educativos fora do ambiente escolar e que visam certificar atenção e proteção as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade (BRASIL, 2009).

A ação do educador social tem como propósito garantir a atenção, defesa e proteção da população que se encontra em situação risco, e isso se dá através de ações que envolvem a abordagem, sensibilização e identificação das demandas apresentada por essa população, desenvolvendo atividades que possibilite atingir suas necessidades (BRASIL, 2009). Assim é possível observar que o reconhecimento social e profissional desse educador caminha a passos lentos, entretanto movimentos estão surgindo aos poucos buscando fortalecer a identidade trabalhista do educador.

O fato é que a presença do educador social é percebida antes mesmo do surgimento do ECRIAD mediante a Lei nº 8609/1990, sua atuação esteve relacionada aos muitos movimentos e constantes lutas pelos direitos da criança e do adolescente atendendo a camada mais carente da população (VANGRELINO, 2005).

Tal situação pode ser compreendida pela fragilidade presente na história da criança e do adolescente em especial a camada mais pobre da população, que sofreu e continua sofrendo com as transformações sociais e com descaso do poder público na efetivação da garantia dos direitos. Resultado de tais transformações são as desigualdades sociais, pessoas em situação de rua, expostas a todo tipo de violência e exclusão social (VANGRELINO, 2005).

Os adolescentes que cometeram ato infracional pertencem a esse segmento em situação de vulnerabilidade social e alguns por determinação da justiça recebem a medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC), a ser cumprida por meio de programas de execução governamental ou não governamental.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu artigo 112, que o adolescente ou jovem que for atribuído o cometimento de atos infracionais, poderá ser determinada a sua passagem por uma medida socioeducativa (BRASIL, 2016a). De acordo com Volpi (2002), as medidas socioeducativas possuem caráter coercitivo e educativo, de forma que responsabiliza o adolescente pela infração cometida e ao mesmo tempo protege buscando possibilitar seu acesso à formação e informação.

Nessa perspectiva a medida socioeducativa de liberdade assistida objetiva acompanhar e direcionar o adolescente no que diz respeito à escola, trabalho e família, pelo período mínimo de seis meses, já a prestação de serviço à comunidade busca estabelecer uma relação entre o adolescente e a comunidade, de forma que a comunidade se responsabilize pelo desenvolvimento do adolescente ao mesmo tempo em que este tenha a oportunidade de reparar o dano a partir da experiência comunitária (BRASIL, 2016a).

O adolescente tem então a possibilidade de mudar o curso de sua vida através das ações socioeducativas, trata-se de um processo de ressignificação onde o educador é tido como um dos principais mediadores desse processo, visto que suas ações exercem constante influência na vida da população atendida (SILVA, 2009).

Assim percebe-se que durante o desenvolvimento de seu trabalho, o educador vem construindo uma identidade singular pela qual permeia sua ação e que se atribui a habilidades próprias que são resultado de experiências práticas e do contato direto com a realidade em que está inserido. O educador social com sua capacidade de

escuta, empatia e busca pela transformação social permite que o adolescente que esteve em conflito com a lei ressignifique seu ato e encontre seu espaço, construindo desta forma, novas possibilidades de vida em comunidade, pois possibilita a reinserção do adolescente na rotina da sociedade.

Dada sua importância no comprometimento em defesa dos direitos dessa população, o presente estudo tem como objetivo principal analisar a atuação do educador social no atendimento aos adolescentes que cometeram ato infracional. Assim para atingir tal objetivo, o estudo se dedica em investigar aspectos específicos relacionados ao perfil e atribuições desses educadores, bem como identificar as implicações relacionadas à sua profissão, os desafios presente em sua atuação e a influência desse educador no processo de ressignificação dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa no programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade.

Tal estudo foi motivado pela prática de estágio em um programa socioeducativo em meio aberto, que atende a adolescentes e jovens que cometeram ato infracional. A figura do educador social e a influência positiva que o mesmo exerce no processo de reinserção do adolescente na sociedade, fez despertar o interesse pela pesquisa por onde surgiram vários questionamentos, entre eles qual seria o papel desse educador, as habilidades necessárias para exercer esse trabalho, bem como as dificuldades que tais profissionais enfrentam, visto que, todas essas questões influenciam diretamente em sua atuação e conseqüentemente na vida do adolescente.

Para isso será preciso estudar as possibilidades de atuação do educador e os possíveis desafios, seja acerca da própria profissão de educador que é muito abrangente e ainda não é regulamentada por lei, e também frente a sociedade que de forma geral possui um discurso higienista em relação a esses adolescentes dificultando o trabalho do educador que é possibilitar uma transformação social.

Assim os resultados obtidos servirão para expandir o conhecimento acerca da atuação do educador social, possibilitando uma visão mais introspectiva de sua ação. O estudo fortalece a identidade deste profissional que atua no contato direto com os adolescentes que cometeram ato infracional e conseqüentemente investiga as práticas socioeducativas, possibilitando a manutenção destas práticas e o desenvolvimento de novas estratégias de intervenção, além de contribuir para

constantes pesquisas na área e servir como referência para tomada de decisão em políticas públicas sociais.

O estudo também se faz relevante por descrever o imprescindível papel que o educador possui na transformação da sociedade, visto que a comunidade em que o adolescente está inserido também é influenciada pela presença desse educador e do trabalho em rede que é desenvolvido, tais ações abrangem o contexto como todo, tornando possível um novo olhar em relação aos adolescentes através de ações que possibilitam constantes reflexões a cerca dessa realidade.

Nesse sentido é fundamental refletir sobre tais questões que envolvem o educador social, pois estes formam parte das figuras centrais nos programas de reinserção social e estão em contato direto com os adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A atuação do educador social está constantemente relacionada as ações voltadas para as lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Entretanto é fundamental entender de que forma esse processo da construção da infância se fundamentou.

Ao se pensar em crianças e adolescentes, a ideia que se tem hoje nem sempre existiu, antes do século XVII as famílias ricas confiavam a serviçais a tarefa de criar e educar suas crianças, então para diminuir a influência da criadagem nas famílias ricas houve a necessidade de criar novas condições de educação, diminuiu a tarefa das mães de leite que antes eram responsáveis pelos partos e por doenças e começou a se propagar a medicina doméstica, passando a ter uma aliança com médico denominado médico de família, o que era um privilégio somente dos ricos (DONZELOT, 1986). Tais acontecimentos demonstram que antes do século XVII as famílias ricas não costumavam demonstrar afeição a suas crianças, transferindo a responsabilidade de cuidar, amamentar e principalmente educar para os empregados e posteriormente a criança ficava sob influência do médico de família.

Historiadores mostram que até o século XVIII a criança era tida como adulto em miniatura exerciam os mesmos trabalhos que os adultos, assim não possuíam a singularidade de uma criança (ARIÉS, 1981). Quando um recém-nascido sobrevivia as inúmeras dificuldades referente a saúde que tinha de enfrentar naquela época, e alcançava alguns poucos anos de idade, era tratado como adulto (COLL; PALACIOS; MARCHESI, 2004). O mesmo descreve Donzelot (1986), onde explica que ao nascerem, as crianças eram levadas para a mãe de leite rompendo com o vínculo afetivo entre pais e filhos, assim não havia preocupação por parte dos pais em educar estas crianças para que tivessem um desenvolvimento saudável.

Segundo Rosa, Ribeiro Júnior e Rangel (2007, p. 32), “adultos e crianças compartilhavam os mesmos espaços, as mesmas atividades laborais e as mesmas penas”, ou seja, a ideia de criança e adolescente que temos é fruto de um longo processo, onde antes não havia espaço para o mundo infantil, além de participarem

dos mesmos trabalhos e atividades que os adultos, também recebiam o mesmo tipo de punição.

O século XVIII também foi marcado pelo surgimento da roda dos expostos no Brasil, Cruz, Hillesheim e Guareschi citado por Marcílio (2005), explica que as rodas de expostos surgiram com aparições das Santas Casas de Misericórdia e somente foi extinta em 1950, eram cilindros rotatórios criados para receber doações e mantimentos sem que os internos pudessem ver o doador. Porém famílias que não podiam cuidar de seus filhos passaram a depositar seus bebês nessa roda, ao colocar o bebê tocavam a campainha como aviso de que estavam deixando algo e dessa forma não eram identificados, assim dentre as ações voltadas a infância no Brasil Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005, p. 43) destaca que “a roda dos expostos foi a primeira instituição oficial de assistência à criança abandonada no país”.

Nessa perspectiva observa-se também que até o século XVIII a educação não era compreendida como dever do Estado, a escolarização das crianças pobres era assumida pela igreja em uma disciplina rígida, que ensinava a leitura, a escrita e também a formação religiosa através da educação moral (GOUVÊA; JINZENJI, 2006). Como a educação não era tida como um direito, muitas crianças ficavam sem estudar e a mercê dos acontecimentos do meio, sendo apontadas muitas vezes como causa das desordens sociais.

Logo, um movimento começou a surgir a fim de solucionar os problemas de desordem pública. Ainda no século XVIII foram feitas grandes promessas de segurança e tranquilidade para sociedade, e com isso passaram a rejeitar aqueles que não se enquadra no núcleo familiar considerado adequado socialmente, houve uma aliança entre família e Estado que organizou uma rede de coerção contra os menores abandonados, dessa forma enquanto a sociedade rejeitava os menores identificando como rebeldes, o Estado os trancava em instituições de caridade a fim de observar os comportamentos tidos como problemáticos (DONZELOT, 1986).

Assim é possível observar que o governo não era o responsável pelas crianças abandonadas, as casas de caridade é quem recebiam estes bebês e cuidavam até que atingissem sua maioridade. De acordo com Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) a partir daí em 1828 conseguiram aprovar uma lei chamada Lei dos Municípios, as casas de caridade que recebiam esses bebês que passaram a ter uma assistência

da iniciativa privada, isso fez com que a característica de caridade da assistência fosse perdido e inaugurado uma nova fase filantrópica que associava o público e o privado. Observam-se aqui as primeiras alianças entre governo e sociedade civil, decorrentes de longos anos onde a Igreja Católica se fez presente nesse processo com a tomada de iniciativa no acolhimento dessas crianças.

De fato, existir muitas crianças abandonadas teve influência de acontecimentos marcantes da época, que demandaram uma reorganização populacional. Donzelot (1986) explica que no século XIX com a abolição da escravidão houve um crescimento populacional, levando o Estado a buscar novas formas de enquadramento social, uma postura preventiva através do cuidado com as famílias, cuidado com as crianças, criação de saneamento e estratégias de disciplina transposto por interesses do Estado.

Nessa busca por uma reorganização foi preciso pensar em diversas mudanças para atender as atuais demandas que a sociedade apresentava. Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) apud. Bulcão, descreve que com o fim do regime do trabalho escravo e imigração dos trabalhadores europeus, acompanhado de um crescimento desordenado das áreas urbanas e de mudanças na economia, houve um grande número de pessoas nas ruas, surge então uma preocupação em criar ações voltadas para essa população, ações voltadas para medidas higiênicas que visavam tirar as crianças das ruas e interná-las em casas de coerção. Havia muitas crianças em situação de rua, que não faziam parte de um modelo de família estabelecido como adequado na época, essas crianças sofriam grande preconceito por parte da sociedade, pois eram vistas como desocupadas e propícias a todo tipo de risco.

Deste modo, percebe-se que as crianças que estavam nas ruas eram internadas e educadas com o método rigoroso de disciplina a fim de que pudessem aprender os bons costumes e não representar uma ameaça à sociedade. Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) explicam que a partir dessa noção, formaram-se inúmeras instituições nomeadas de instituição de sequestro cuja finalidade era impor padrões e normas a serem obedecidas, enquadrando essas crianças a modelos ditos como normais.

Crianças pobres e abandonadas recebiam um tratamento diferente daquelas que possuíam boa condição financeira, estas últimas não necessitavam ser educadas



com métodos rigorosos já que pertenciam ao padrão tido como adequado estabelecido na época (VANGRELINO, 2005).

Nesse sentido Donzelot (1986) relata que os princípios da educação são diferenciados de acordo com a categoria e classe social pertencente, assim a educação para os pobres não se deu pela propagação dos livros de conhecimento em geral ou pela proteção da criança como ocorreu com os ricos, mas sim pela proibição ideológica do abandono, proibição de fugas e para evitar que as crianças ficassem nas ruas.

A educação pública no Brasil tem influência do modelo europeu, é marcada pela precariedade, pois nasce como estratégia de controle social, assim ao mesmo tempo em que protegia as crianças das violências também as doutrinavam, tendo seus métodos de ensino mais voltados para ordem, disciplina e obediência do que para discussões de conteúdo (GOUVÊA; JINZENJI, 2006). No entanto percebe-se que tirar as crianças da rua e impor um método de educação rígido foi a estratégia utilizada na época para que tais crianças ficassem sob controle e não viessem cometer algum tipo de infração. De acordo com Rosa, Ribeiro Júnior e Rangel (2007, p. 33), “Nos primeiros anos do século XX surgiram projetos legislativos defendendo o direito do menor e, em 1913, foi criada a primeira instituição para atender o infrator: o Instituto Sete de Setembro, que recebia tanto infratores quanto desvalidos”.

Tais projetos e regulamentações contribuíram para consolidar o Código de Menor Mello Matos de 1927, tido como primeiro código brasileiro de assistência à infância e adolescência. Segundo Rosa, Ribeiro Júnior e Rangel (2007), o código mostra que a preocupação com os menores que cometiam delito confundia-se com questões de ordem assistencialistas, em que delinquentes, vândias, órfãos e desvalidos eram encaminhados aos mesmos locais de atendimento. Diante disso Oliveira (1999) descreve que na década de 20 se configura a ideia de que as instituições públicas deveriam retirar crianças da rua e submetê-las a medidas de correção e prevenção, tal prática de prevenção estava associada a ideia de insegurança consolidada pelo código de menores de 1927.

Dentro dessa lógica Rosa, Ribeiro Júnior e Rangel (2007) acentua a ambivalência presente nos capítulos do Código 1927, ao mesmo tempo em que buscar colocar uma medida diferente dos adultos para crianças e adolescentes infratores, também

buscavam retirar das ruas o grande número de crianças abandonadas que ainda não haviam cometido delito. Percebe-se então que os projetos de intervenção visavam cuidar daqueles que cometiam infração e também retirar do convívio social aqueles tidos como inadequados, a assistência surgia aí como uma possibilidade para ambos os problemas existentes.

De acordo com Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005), as crianças e jovens caracterizadas como desviantes e tendo como suposta causa o abandono familiar precisaram ser inseridas em um ambiente de intervenção por não fazer parte de um padrão de normalidade estabelecido na época. Assim em 1942 com o intuito de reintegrar os jovens no meio social fundou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), onde crianças e adolescentes autores de atos infracionais eram mantidos presos e tratados como delinquentes natos, de mau caráter e fadado de periculosidade.

Em substituição ao SAM em 1964 o governo militar instituiu a Fundação Nacional do Bem estar do Menor (FUNABEM), segundo Rosa, Ribeiro Júnior e Rangel (2007), se repetia a ideia equivocada de reunir crianças e adolescentes em situação de abandono com adolescentes autores de infrações como se fosse a mesma situação. Ainda segundo Rosa, Ribeiro Júnior e Rangel (2007), em 1979 teve a aprovação de um novo Código de Menores, porém mais uma vez voltados para crianças como um todo sem especificação entre os que foram abandonados e delinquentes.

Em função da pressão exercida pelos movimentos sociais que foram surgindo em defesa do menor em 1988 promulga-se a Constituição Federal e posteriormente aprova-se em 1990 o Estatuto da Criança e Adolescente, doravante ECA, visando a proteção integral das crianças e do adolescente por parte da família, Estado e sociedade. Onde se estabelece parâmetros para a construção de uma política pública voltada para a infância e juventude, que assim passa a ter prioridade absoluta, como previsto no ECA:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art.3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o

desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 2016a).

Segundo Xavier (2008), a aprovação do ECRIAD, garantiu a participação da sociedade civil prevista em lei na fiscalização e execução de políticas públicas. Garantiu também a participação em conselhos e fóruns a nível municipal, estadual e nacional, a criação do Juizado especializado na infância e juventude e entre outros serviços de proteção a criança e ao adolescente.

Com a política de atendimento do ECRIAD deu-se origem ao sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, que tem o objetivo de assegurar o acesso universal das crianças e adolescente as políticas sociais básicas e aos serviços de proteção, prevendo que se forem violados quaisquer desses direito, sejam acionados programas de proteção rompendo com a violação para que este possa exercer sua plena cidadania (ROSA; RIBEIRO JÚNIOR; RANGEL, 2007).

Dentre essas possibilidades que traz o ECRIAD ao reconhecer a criança como cidadã de direitos, foi possível também destinar ações específica aos adolescentes que cometeram ato infracional. Se antes a população abandonada e os que cometeram delinquência recebiam o mesmo tratamento, com a promulgação do ECRIAD criou-se um espaço para as medidas socioeducativas para atender essa população específica. De acordo com Rosa, Ribeiro Júnior e Rangel (2007), enquanto as medidas de proteção são destinadas a crianças e adolescentes que sofreram violação dos direitos, as medidas socioeducativas são destinadas exclusivamente aqueles que cometeram infração. Ressalta-se que estes também podem receber medidas de proteção, conforme prevê o ECRIAD.

É possível observar então que a perspectiva em relação à criança e ao adolescente sofreu muitas transformações deixando de ser vista como adulto e aos poucos passando a ser reconhecida como cidadã de direito. A sociedade civil, os movimentos sociais e os educadores que lutam pelos direitos dessa população, passaram a estar ainda mais presentes de forma representativa nas decisões que envolvam essa população.

## 2.2 EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

O educador social trouxe importantes contribuições para o desenvolvimento da sociedade, de acordo com Natali e Paula (2008) sua aparição está intimamente relacionada a práticas de atenção voltada para as camadas mais inferiores da população, e tem sua atuação anterior a promulgação do ECRIAD em 1990.

Seu surgimento se deu a partir das lutas de movimentos sociais como o da Pastoral da criança, o movimento nacional dos meninos e meninas de rua, movimento da saúde, movimento estudantil e muitos outros que buscavam a efetivação dos direitos da criança e do adolescente na década de 80 (NATALI; PAULA, 2008). Nesse sentido cabe ressaltar como se deu toda a construção desse processo, que vai desde os primeiros sinais de escolarização até as práticas educacionais e sociais do atual momento.

Assim ao se pensar em educação social, não se trata de um campo novo, é possível identificá-la relacionada a esses processos de exclusão e pobreza, que causaram inquietações por parte de pequenos grupos os levando a buscar formas de intervir no problema. As ações voltadas para educação social sempre tiveram a participação da sociedade civil, nas décadas de 70 e 80 as pessoas se organizam e realizavam um trabalho social com a população menos favorecida (CARVALHO; CARVALHO, 2006).

A década de 80, apesar de ter sido considerada difícil para economia, com inflação alta, recessão e muito desemprego, foi tida também como decisiva, pois se observou uma nova postura surgir no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente (COSTA, 1993). A partir das constantes lutas desses grupos que exigiam direitos a população carente em especial a crianças e adolescentes foi possível observar uma mudança de olhar na sociedade e estes passaram a ser considerados cidadãos de direito.

A aprovação do ECRIAD em 1990 foi uma conquista importante dos movimentos sociais da época no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente, foi importante também para se atentar as violações que esses grupos sofriam entre elas a execução e homicídio de crianças e adolescentes, dando visibilidade a necessidade de políticas de atendimento (XAVIER, 2008).

Também nos anos 90, com o estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional Lei nº 9394/1996, as ONGs e instituições passaram a ter maior abrangência nos processos educativos, permitindo uma ação pautada na liberdade de aprender e ensinar, na igualdade, no convívio com os outros, nos movimentos e organizações da sociedade civil, na importância da experiência extra-escolar, e entre outros princípios que garantem o reconhecimento desse trabalho (BRASIL, 2016b).

A educação passa ser direito do cidadão e dever do Estado, tendo este como responsabilidade garantir qualificação dessa camada populacional empobrecida para ser inserida no mercado de trabalho, porém devido a crise econômica a qual o país atravessava houve um grande número de desemprego e aumento populacional, pessoas em situação de pobreza, ocasionando grandes tensões sociais (CARVALHO; CARVALHO, 2006). Observa-se que a população encontrava-se em situação de vulnerabilidade exposta a todo tipo de risco social, ficando visível a necessidade de uma estratégia de intervenção para reparar as consequências do crescimento populacional e das desigualdades existentes.

Segundo Ribeiro, citado por Carvalho e Carvalho (2006), a educação social surge de forma compensatória para manter a população em situação de risco sob controle, com a intenção de reduzir as consequências da situação socioeconômica do país e evitar questionamentos. Ainda segundo Ribeiro, citado por Carvalho e Carvalho (2006), isso não significa que tais ações sejam ineficazes, pois certamente tem produzido consequências positivas na vida de muitas famílias e comunidades através da inserção dessas pessoas na sociedade e da diminuição das desigualdades sociais.

Dessa forma o atendimento a essa população em situação de risco social é feito da maioria das vezes pelo Terceiro Setor, compreendido como “um fenômeno que exerce uma função social, que anteriormente era responsabilidade do Estado, realizada por organizações da sociedade civil” (NATALI; PAULA, 2008, p. 3157).

Nessa mesma perspectiva Carvalho e Carvalho (2006), relata que o Estado incapacitado de atender as demandas sociais transfere a responsabilidade para terceiro setor, através de uma parceria onde tais programas assumem as ações educativas e o Estado faz um repasse total ou parcial de recursos para possibilitar essa ação. Com a promulgação do ECRAD (1990) foi possível observar a aliança

entre sociedade civil e Estado, a partir dos Conselhos Estaduais e Municipais em defesa a criança e ao adolescente como previsto no artigo 86 do ECRID:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 2016a).

Percebe-se que ao surgir como estratégia compensatória, a educação social se apresenta de forma contraditória, pois da mesma forma que busca incluir a população que em situação de marginalização e pobreza, de certa forma exclui o dever do Estado de garantir os direitos primordiais a essa população (NATALI; PAULA, 2008).

Natali e Paula (2008) descrevem que as ONGs surgem junto as comunidades a partir da educação popular em contradição as estruturas de poder no período da pós-ditadura, entretanto atualmente tem se apresentado como parceiras do Estado no chamado Terceiro Setor voltando sua atuação em ações paliativas e de cunho emergencial, o que segundo as autoras acaba por reproduzir desigualdades de modo que não se soluciona a causa real dos problemas de exclusão e risco social.

### 2.3 ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL

A história da atuação do educador social traz marcas do descaso e falta de assistência a crianças e adolescentes de nosso país, o educador nasce então em meio as práticas sociais voltadas para essa população. Também era possível observar a presença do educador nos antigos orfanatos e escolas reformatórias como aquele responsável pela liberdade vigiada, atendendo a população considerada por muitos como perigosa, mas que na realidade são pessoas em situação de risco e vivem sem a assistência necessária (VANGRELINO, 2005).

Esse modelo de atendimento utilizado por boa parte dos educadores sociais da época era pautado na vigilância e disciplina, podendo ser observado no discurso de Freire (1987), com o que intitula de educação bancária, onde o educador é aquele que julga ser sábio e detentor do conhecimento, e o educando é aquele que nada sabe e recebe esse conhecimento, assim não há comunicação e sim depósitos onde o educando recebe a informação passivamente, memoriza e as repete.

No fim da década de 70 pesquisadores e trabalhadores da área junto a movimentos sociais começaram a questionar tais práticas disciplinares apresentadas por alguns educadores da época por produzir resultados desastrosos, o que movimentou uma nova proposta de abordagem para esse educador influenciada pela Pastoral do Menor que tornava essa criança e adolescente sujeito participante na construção do saber (VANGRELINO, 2005). Percebe-se que se trata de um momento significativo não só para história das crianças, mas também para história dos educadores, houve o despertar para um novo olhar na atuação, um olhar mais humanizado que dava a criança e ao adolescente certo protagonismo através de uma relação de troca.

No decorrer dos anos o perfil desse educador foi sofrendo grandes transformações. Inicialmente a ênfase era atribuída ao compromisso social por meio da militância, com atendimento direcionado a crianças e adolescentes de rua, passando para o compromisso comunitário através de inquietações que foram surgindo por parte da comunidade, resultando em um movimento popular (VANGRELINO, 2005). Sua história foi tomando esse percurso até chegar ao movimento social que existe hoje, cuja ação está pautada na defesa dos direitos da população mais carente.

O fato é que esses educadores estão presentes em meio às necessidades sociais, participando ativamente do processo de promoção de cidadania através de atividades socioeducativas, sua existência perpassa por vários lugares do mundo. De acordo com Santos e Silva (2011, p. 114), “cada educador é um sujeito dotado de crenças e valores, com suas vivências, costumes, enfim, criações distintas, que permitem visões múltiplas de um mesmo fenômeno”.

A existência dos educadores sociais que atuam fora do âmbito escolar não é uma característica inédita do Brasil, existem registros desde o século XIX, porém foi somente com o fim da 2ª Guerra Mundial que foi possível perceber a ação desses educadores, a partir daí foi fundada em 1951 a Associação Internacional de Educadores Sociais, foram organizados vários congressos que contou com a participação de vários representantes do Brasil. Percebe-se que a existência desses congressos se fez importante para organizar e dar direcionamento a atuação do educador social (BRASIL, 2009).

A formação do educador social é um ponto que merece atenção e reflexão, como diz Zucchetti e Moura (2010), atualmente não existe um suporte suficiente para embasar seu trabalho no campo social, entretanto observar-se em algumas universidades a

existência de linhas de pesquisa no campo da educação não formal, assim como disciplinas e grupos que discutem a situação da criança e do adolescente em situação de risco e vulnerabilidade, em busca de estabelecer uma comunicação entre academia e práticas socioeducativas.

A educação não formal tem destaque em dois cursos: a Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), que anualmente realiza um evento de formação para os educadores sociais e a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), que vinha ofertando um curso de Graduação em pedagogia com objetivo de formar educadores sociais para trabalhar na educação não formal, porém o curso teve que ser interrompido por questões de ingresso das pessoas (ZUCCHETTI; MOURA, 2010).

Nesse sentido há uma carência em formação específica, percebe-se que no Brasil não é um pré-requisito obrigatório, existem educadores sociais que não possuem ensino médio, mas fazem parte da história de luta das instituições sociais e carregam consigo a experiência como resultado de longos anos de trabalho e lutas, característica adquirida através da prática.

Segundo Natali e Paula (2008), destacam nesse contexto de educação social as áreas de serviço social, psicologia, pedagogia e educação física, e até mesmo educadores sem nenhuma formação superior, no entanto percebe-se que a formação do educador é ampla, contempla conhecimentos específicos da educação não formal e também uma crítica formação em política e militância.

Observa-se que para atuar no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco a formação não é o requisito obrigatório para atuação profissional, isso vai depender da necessidade e realidade de cada instituição, no entanto é imprescindível que esse educador faça parte das lutas em busca da defesa dos direitos dessa população.

De acordo com Garrido (2012), o reconhecimento desse profissional no Brasil é decorrente de constantes debates, congressos, produções acadêmicas e vínculo a entidades sociais, um processo de longo tempo que vem se consolidando deixando de ser visto como prática para desocupados ou de ordem apenas voluntária, passando ganhar espaço acadêmico dentro das ciências da educação.



Assim ainda não existe uma lei que regule a profissão de educador e educadora social, o que existe são propostas de criação dessa profissão, sendo elas o projeto de Lei nº 5346/2009 e mais recente o projeto de Lei nº 328/2015 que ainda tramita em caráter conclusivo pelo senado federal.

A atuação do educador social está presente em diversos campos, sejam em projetos sociais, ONGS, asilos, casas de internação, instituições de cumprimento de medidas socioeducativas e entre outras instituições que atendem a população em situação de risco (NATALI; PAULA, 2008). O projeto de Lei nº 5346/2009 criado com intuito de regulamentar a profissão de educador social, estabelece a criação da profissão de Educador e Educadora Social estabelece em seu artigo 2, os seguintes objetivos, contextos e campos de atuação:

- I – as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;
- II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;
- III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;
- IV – a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semi-liberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;
- V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária; VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;
- VII - o enfrentamento à dependência de drogas;
- VIII – as atividades sócio educativas para terceira idade;
- IX - a promoção da educação ambiental;
- X – a promoção da cidadania;
- XI - a promoção da arte-educação;
- XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira;
- XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos;
- XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer (BRASIL, 2009).

O campo de atuação do educador social não se restringe a uma única especialidade ou a uma única instituição, ele está presente em diferentes lugares, possui diversas formações em diferentes níveis, podendo trabalhar como voluntário ou contratado por uma ONG ou Estado (VANGRELINO, 2005). São contextos fora do âmbito escolar, onde a ação desses profissionais é direcionada a população em situação de risco, violência e exploração física e psicológica.

O comprometimento do educador em defesa aos direitos da criança e do adolescente em situação de risco e vulnerabilidade é o que norteia sua atuação, ele precisa estar envolvido nos constantes movimentos em favor desses indivíduos e também precisa mediar sua ação entre as necessidades da comunidade (NATALI; PAULA, 2008). Segundo Soares (2010), o educador social pode auxiliar a comunidade sobre suas possibilidades de ação e transformação, levando a reflexão sobre seu papel na sociedade atual a fim de romper com as injustiças sociais e possibilitar novas formas de vivência.

Nesse sentido a educação se apresenta como aspecto fundamental para que a população exerça sua cidadania, como diz Serrão e Baleeiro (1999), em tempos repletos de desigualdades e injustiças a educação vem ser a esperança e o processo de transformação, não somente por possibilitar o acesso ao conhecimento e informação, mas por permitir que o indivíduo seja participante e possa exercer sua cidadania.

Porém existem desafios que implicam significativamente em sua atuação, Natali e Paula (2008), descreve inúmeras dificuldades que permeiam a atuação de educador, dentre elas está a falta de representatividade da classe, falta de definição de direitos e trabalhistas e ausência de referência na formação profissional, dificultando assim a formação da identidade desse profissional. Nesse mesmo sentido Rodrigues, citado por Natali e Paula (2008, p. 3160), explica que:

O educador segue então transformando suas práticas das mais variadas formas, sem referências sistematizadas em suas diversas atuações, sem um código de ética definido, sem limites claros traçados, limites para o próprio educador e geralmente exigidos as crianças e adolescentes no seu cotidiano.

Ainda em relação ao trabalho do educador social Natali e Paula (2008), explica que sua atuação é complexa, pois não se limita a simples execução de atividades, e sim a um processo mais amplo que envolve constantes reflexões acerca da realidade em que as crianças e adolescentes estão inseridas. Esse processo de reflexão é o que torna o trabalho do educador ainda mais significativo, pois mesmo diante a um contexto repleto de limitações, tais ações provocam na vida dessa população novas percepções e conseqüentemente novas possibilidades de vida.

## 2.4 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.

Ao se pensar no adolescente que cometeu ato infracional o ECRID, nos artigos 103 e 104, considera ato infracional o comportamento de infração ou crime, e estabelece que são inimputáveis os menores de 18 anos (BRASIL, 2016a). O artigo 112 do mesmo prevê a esses adolescentes o cumprimento de medidas sendo elas: advertência, obrigação a reparar o dano, prestação de serviço a comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, internação em estabelecimento educacional ou qualquer uma das previstas no artigo 101, I a VI (BRASIL, 2016a).

O ECRID ainda caracteriza cada uma dessas medidas. A advertência é considerada no artigo 115 a medida mais branda, trata-se de uma “admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada” (BRASIL, 2016a). Para Volpi (2002) tal medida apresenta um caráter intimidatório e busca envolver os responsáveis para que estes façam parte de todo procedimento junto ao adolescente.

Quando se trata de ato infracional envolvendo o patrimônio, poderá ser determinada a obrigação de reparar o dano, onde se espera que o adolescente faça o ressarcimento e/ou retribua a vítima, e não havendo esta possibilidade é feito a substituição por outra medida que seja adequada (BRASIL, 2016a).

A Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no artigo 117, caracteriza-se pelo envolvimento do jovem na vida comunitária, seja em programas governamentais, comunitários, escolas ou por outras instituições, através da execução de trabalhos gratuitos, por um período máximo de seis meses conforme a aptidão do adolescente (BRASIL 2016a). Trata-se de uma medida que traz implicações tanto para comunidade que por sua vez poderá contribuir com o desenvolvimento integral desse adolescente e também para o adolescente que tem a possibilidade de vivenciar uma experiência permeada por valores e compromisso social (VOLPI, 2002). Tal medida possui um forte caráter educativo e comunitário, ainda de acordo com Volpi (2002) a aplicação dessa medida não depende exclusivamente da Justiça da Infância e Juventude, mas também de programas e parcerias com organizações governamentais e não governamentais e com instituições públicas que possibilitam a operacionalização do serviço, entendendo que tal medida será cada vez mais efetiva se houver o apoio de tais organizações e da instituição que recebe o adolescente.

A Liberdade Assistida (LA) trata-se de uma medida que tem como finalidade acompanhar o adolescente por meio de uma entidade ou programa de atendimento, tal medida tem o período mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada caso não haja o devido cumprimento da mesma (BRASIL, 2016a). Ainda no artigo 119 é proposta uma equipe de orientadores para garantir a proteção, inserção, orientação, supervisão da frequência escolar e inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2016a). Tal medida de acordo com Volpi (2002, p. 25), “poderá ser desenvolvida por grupos comunitários com orientadores voluntários, desde que os mesmos sejam capacitados, supervisionados e integrados à rede de atendimento ao adolescente”.

De acordo com artigo 120 do ECRIDAD regime de semiliberdade consiste na medida em que possibilita o adolescente realizar atividades no ambiente fora, ou seja, é uma forma de transição pro meio aberto (BRASIL, 2016a). De acordo com Volpi (2002) há necessidade de fazer uma sistematização e avaliação dos programas existentes a fim de alcançar uma maior organização e eficácia para tal medida. Ainda segundo Volpi (2002), programas de semiliberdade devem obrigatoriamente manter o direito de o adolescente ir e vir, permitindo o acesso a programas sociais e formativos fora da sua unidade de moradia.

Já a internação como a mais severa das medidas, de acordo com o artigo 121 do ECRIDAD esta se constitui por privar o adolescente da liberdade, “sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 2016a). O artigo 122 ressalta que tal medida só poderá ser aplicada mediante a grave violência a pessoa, repetição do ato ou de outras infrações graves e por descumprimento da medida que foi posta anteriormente, sendo que a privação da liberdade somente é atribuída em casos que não houver outra medida adequada (BRASIL, 2016a). A restrição da liberdade deve estar relacionada ao direito de ir e vir, não podendo excluir outros direitos constitucionais que permitem inclusão e cidadania (VOLPI, 2002).

As medidas de internação e semiliberdade estão relacionadas a restrição de liberdade e sujeitas aos princípios excepcionalidade, brevidade e entendimento da situação particular de sujeito em desenvolvimento conforme dispõe o artigo 121 do ECRIDAD (BRASIL, 2016a). Assim Rosa, Ribeiro Júnior, e Rangel (2007), explica que tais princípios previstos no ECRIDAD referem-se a menor extensão temporal possível,

somente podendo ser aplicada tal medida de internação caso outras medidas não forem cabíveis e também ao zelo pela integridade física e mental dos internos.

No entanto percebe-se que tais medidas descritas acima são aplicadas de acordo com a característica da infração, com a disponibilidade dos serviços oferecidos pela rede e condições socioeconômicas do adolescente. Nesse sentido Rosa, Ribeiro Júnior e Rangel (2007) explicam que quando se trata de adolescente autor de ato infracional a ideia é que o processo de desenvolvimento desse adolescente seja interferido pelas medidas socioeducativas, possibilitando uma efetiva integração social além de uma melhor compreensão da realidade.

Segundo Volpi (2002) tais medidas socioeducativas possuem aspectos coercitivos de modo que pune os infratores e também aspectos educativos por proteger e possibilitar acesso a programas de direito, assim tais medidas devem garantir ao adolescente o acesso a oportunidades de formação, devem possibilitar a inclusão através da participação comunitária, envolvendo obrigatoriamente a família e permitindo a participação de grupos da comunidade que desejarem contribuir com as ações e trabalhos desenvolvidos, além de dever possibilitar a utilização do máximo número de serviços que garantem a cidadania, sendo eles, saúde, educação, lazer, trabalho e segurança.

Com intuito de aprofundar no fundamento do ato infracional e das medidas socioeducativas, surge a necessidade de criação de um sistema para operacionalizar e alinhar a execução de tais medidas, chamado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, doravante SINASE. Ele prevê a regionalização dos programas, buscando assegurar o direito ao convívio familiar e relação comunitária, ele defende a priorização de aplicação das medidas em meio aberto (prestação de serviços a comunidade e liberdade assistida) e a municipalização do atendimento a fim de obter uma maior operacionalização de tais medidas por meio de articulações entre políticas inter setoriais e construção de rede de apoio as comunidades (BRASIL, 2006).

Em conformidade com a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o SINASE foi preparado tendo como base os princípios dos direitos humanos para organizar as atividades envolvendo as medidas socioeducativas de privação, restrição e de meio aberto (FEITOSA, 2011).

No ano de 2012 o SINASE é sancionado pelo Congresso Nacional a Lei nº 12.594/2012, ficando a partir daí instituído e regulamentado a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que cometeram o ato infracional, de acordo com a lei no artigo 1, parágrafo 2:

Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2012).

Segundo a lei do SINASE o objetivo principal das medidas socioeducativas é incentivar a reparação e responsabilização do adolescente pelo ato infracional, promover integração e garantia dos direitos e deveres através do plano individual de atendimento e também a desaprovação da conduta infracional tendo como ultima instância a privação da liberdade (BRASIL, 2012).

Nesse mesmo sentido a Política Nacional de Assistência Social, doravante PNAS, busca agrupar as demandas presentes na sociedade, efetivando a assistência social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado, fazendo-se relevante a construção de uma rede de serviços, ou seja, realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, tendo como objetivo promover programas de proteção social básica para o indivíduo, e para seus familiares, contribuindo para inclusão e equidade no acesso aos serviços socioassistenciais e assegurar que essas ações se concentrem na convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004).

Também é possível destacar a convenção assumida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o aperfeiçoamento da gestão do SUAS, houve uma expansão e qualificação das unidades de referência e assistência ao acesso as políticas públicas, isso a partir do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, doravante CREAS, que representa atualmente uma importante referência para a rede de atendimento a pessoas em situação de risco pessoal e social ou por violação de direitos (BRASIL, 2011b). Conforme a definição manifesta na Lei nº 12.435/2011 no artigo 3, inciso 2º, que dispõe sobre a organização da Assistência Social:

O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (BRASIL, 2011a)

O programa de LA e PSC Casa Sol Nascente equipara-se a um CREAS temático, o que significa que de acordo com os parâmetros da Tipificação de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS/109/2009), a instituição operacionaliza um serviço especial, considerada pelo nível de complexidade do SUAS como Serviço de Proteção Social Especial de Média complexidade, tendo como finalidade promover atenção socioassistencial aos adolescentes no cumprimento da medida de socioeducativa em meio aberto e também possibilitar a garantia dos direitos e deveres dos mesmos de acordo com o que está previsto judicialmente (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2009).

A Casa Sol Nascente, um centro de referência especializada em medidas socioeducativa de Liberdade Assistida Comunitária e Prestação de Serviço Comunitário, fundada em outubro de 2002 faz parte de um Programa do Ministério da Justiça junto a Pastoral do Menor/CNBB, envolvendo 25 unidades em várias cidades do Brasil. Atua no atendimento de adolescentes e jovens de 12 a 21 anos completos que são encaminhados ao cumprimento das medidas socioeducativas pelo 2º Juizado da Infância e Juventude da Serra ES.

## 2.5 ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NA MEDIDASOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO

Ao refletir sobre a perspectiva que é proposta pelas atuais políticas de atenção a criança e adolescente e nas possibilidades de ressignificação do ato infracional, está a atuação do educador social, este faz parte de uma rede que busca operacionalizar o que está previsto em lei.

O educador social estabelece contato direto com os adolescentes atendidos em programas socioeducativos, percebe-se que suas ações têm influenciado de forma significativa a vida desses adolescentes e jovens. Sua prática exige um constante processo de reflexão e o estabelecimento de um olhar crítico acerca da realidade, como relata Serrão e Baleeiro (1999, p.25):

Qualquer que seja a origem desse educador, é preciso que ele se distancie, em alguns momentos, para ser espectador da própria prática e assim percebê-la com um olhar mais crítico e menos emocional. Em contrapartida, em outros momentos, é necessário inserir-se no meio, fazer parte dele, viver sua realidade, solidarizando-se com ela. E solidarizar-se significa colocar à disposição dos jovens todo o saber e bagagem pessoal que possui,

buscando em conjunto viabilizar ações, novas experiências, maneiras diferentes de ver, perceber-se, agir e se relacionar com o mundo.

O educador é tido como referência, essa referência é construída através do vínculo com o público atendido, trata-se de crianças e adolescente que apresentam carências sociais, materiais e afetivas, há uma participação significativa desse educador na formação e construção da personalidade dessa população (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Manual de orientação - Medidas Sócio-educativas não privativas de liberdade (GOIÁS, 2000), o papel do educador é demonstrar respeito pela vida do adolescente buscando manter sigilo, considerar o potencial do adolescente, assumir seu trabalho com responsabilidade, ter um olhar amplo acerca da realidade que o adolescente vivência, manter comunicação com Juizado sobre o processo do adolescente e buscar promover uma interação entre adolescente, família e comunidade.

A comunidade em que o adolescente está inserido também precisa ser incluída nesse processo de reflexão, pois apresenta um discurso preconceituoso de que o encarceramento é a melhor solução para preparar o adolescente que cometeu ato infracional e reintegrá-lo na sociedade. Entretanto, tal discurso higienista não prepara o adolescente para uma reinserção social, trata-se muito mais de medidas punitivas que dificilmente produzem mudanças, como diz Serrão e Baleeiro (1999, p.25) sobre a prática do educador:

A função do educador social é ser agente de transformação. Cabe a ele auxiliar na organização dos desejos e necessidades da população com a qual trabalha. Ele se constitui numa referência para a comunidade, participando da estruturação do movimento popular a partir do seu trabalho com os jovens. Sua função não se restringe ao trabalho com os grupos, mas amplia-se para as famílias e a comunidade em geral.

Pensando nisso o trabalho do educador social precisa abranger toda a sociedade, buscando entender o contexto em que esses adolescentes vivem, uma vez que, na maioria das vezes trata-se de um ambiente de fator de risco, que pode desencadear um processo de exclusão, onde está indivíduos em situação de pobreza, ausência de renda, acesso precário a serviços públicos e fragilização de vínculos afetivos. Janczura (2012, p. 307) explica sobre esse processo de risco social e suas consequências:

A sociedade pós-industrial é uma sociedade de risco, principalmente pelos efeitos que o mundo globalizado produziu, no qual as ações individuais



podem ter efeito sobre o planeta e as modificações em algum lugar do globo ter efeitos sobre os indivíduos do mundo todo.

Os efeitos deste mundo globalizado e a exposição aos diversos riscos têm deixado esses adolescentes em situação de vulnerabilidade, ou seja, com baixa capacidade para enfrentar e superar os desafios que encontram. Logo, é perante este cenário de fragilidade, preconceito, pobreza e exclusão que o educador exerce sua atuação, junto a rede de apoio e aos adolescentes ele constrói possibilidades de enfrentamento das diversas questões que o adolescente apresenta.

O atendimento do educador social é baseado no acompanhamento psicossocial associado a um processo de reflexão/ação das condições que levaram o adolescente ao cometimento do ato infracional. Essas ações de prevenção por meio do atendimento psicossocial se fazem importante, pois tem como objetivo desenvolver a consciência de direitos e responsabilidades, possibilitando assim que os indivíduos tenham a capacidade de transformar a própria realidade, revendo seus valores, resgatando e fortalecendo vínculos (BRASIL, 2011b).

Assim percebe-se que o trabalho do educador social se apresenta como imprescindível no atendimento aos adolescentes que cometeram ato infracional, todo processo de ressignificação e reinserção social apresenta influência desse educador que desenvolve diversas habilidades para lidar com questões que surgem em seu contexto.

## 2.6 EDUCADOR SOCIAL E OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS

Para compreender o educador social como indivíduo ativo no processo de socioeducação dos adolescentes que cometeram ato infracional, é fundamental estudar o conceito de formação da identidade psicossocial que perpassa por sua atuação.

No entanto é preciso considerar a interdisciplinaridade e a existência de várias definições visto que este termo está presente em diversas ciências e tem sido estudado por diversos autores, de tal modo, a seguir é apresentado as contribuições de alguns desses autores, destacando as concepções de Ciampa e Henri Tajfel. Estes elaboraram interessantes estudos sobre a temática de identidade psicossocial relatando ser um processo que sofre constantes mudanças e influências do meio.

De acordo com Jacques (2013) a identidade se constitui a partir do contexto histórico e social em que o indivíduo vive, onde ocorre as possibilidades e impossibilidades do homem existir, através da relação e mediação do outro, e tendo este indivíduo um papel dinâmico na construção desse meio, podendo assim compreender a identidade pessoal como também identidade social, pois trata-se de um processo contínuo de articulação entre o individual e o social que se configura através de suas ações, ou seja, através de suas práticas. Dessa forma Paiva (2007), entende que a identidade psicossocial da pessoa é o produto das tentativas de se encontrar no sistema de papéis, ou seja, é marcada pelos papéis que ela desempenha.

Nessa definição é possível perceber a identidade do indivíduo por meio a suas práticas sociais. Garrido (2012) diz que as práticas sociais são ações que estão relacionadas a lutas para garantir a cidadania e os direitos a uma sociedade, é uma luta contra as desigualdades sociais e a favor da vida e que possui uma participação popular no processo de educação e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

É neste contexto que o educador exerce sua prática, na mediação e na luta pelos direitos da criança e do adolescente a partir do seu trabalho. Severino (2006, p. 292) relata que:

O homem tem sua existência definida como um contínuo devir histórico, ao longo do qual vai construindo seu modo de ser, mediante sua prática. Essa prática coloca-o em relação com a natureza, mediante as atividades do trabalho; em relação com seus semelhantes, mediante os processos de sociabilidade; em relação com sua própria subjetividade, mediante sua vivência da cultura simbólica. Mas a prática dos homens não é uma prática mecânica, transitiva, como o é a dos demais seres naturais; ela é uma prática intencionalizada, marcada que é por um sentido, vinculado a objetivos e fins, historicamente apresentados.

Dubar (2005) acredita que a identidade do indivíduo não é determinada a partir do nascimento, trata-se de um processo de construção que se inicia na infância e permanece em construção no decorrer da vida, ela é resultado de sucessivas socializações ao longo da história desse indivíduo. O autor ainda afirma que a identidade resulta na articulação de dois processos, sendo eles o processo biográfico definido como uma identidade para si, que inicia nos primeiros anos de vida e recebe influência das instituições pertencentes (grupo familiar, a escola e trabalho) e também o processo relacional que consiste no reconhecimento da identidade para o outro, associadas a saberes e habilidades de si próprio.

Zanatta (2011), também acredita que a identidade não se trata de algo definitivo, ela não permanece a mesma durante toda vida, ela é construída e nesse processo de construção as decisões do indivíduo, seu jeito de estar no mundo, os grupos a que pertence e os caminhos que percorre influenciam diretamente nesse processo de construção da identidade. Assim a identidade não é transmitida de uma geração a outra e sim construída a partir da relação entre posições herdadas anteriormente e das estratégias desenvolvidas nas instituições a qual o indivíduo foi pertencendo (DUBAR, 2005).

O psicólogo Antônio da Costa Ciampa também traz suas contribuições no que diz respeito a identidade, segundo ele através da pergunta "quem sou eu", a resposta do indivíduo se apresenta a partir de uma narrativa, nessa narrativa o indivíduo é autor e personagem ao mesmo tempo, cuja autoria se constrói de maneira coletiva (CIAMPA, 2004). Nesse sentido Ciampa citado por Wonsoski (2015), relata que a identidade é consequência das relações do meio e também da forma que essas relações se dão, ela é construída em um contínuo processo de mudanças e transformações (metamorfose).

Ciampa (2004), também destaca a relação de diferença e igualdade presente na noção de identidade, segundo o autor isso já vem do primeiro grupo ao qual o indivíduo faz parte que é a família, sendo esta quem dá o primeiro nome (que o diferencia dos outros) e o sobrenome (que o iguala aos outros familiares), e isso reflete nos vários outros grupos, assim a identidade vai sendo construída pelos diversos grupos aos quais o indivíduo faz parte.

Outro aspecto na concepção de identidade de Ciampa (2004), diz respeito às várias identidades que possuímos, onde ao mesmo tempo em que o homem é filho ele pode ser pai, assim em cada momento ele terá a manifestação de uma parte dessa totalidade. "Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una" (CIAMPA, 2004, p.61).

O indivíduo constrói assim sua identidade psicossocial que é a identidade formada a partir da relação de pertencimento com o grupo. Esse sentimento de pertença faz parte da teoria de identidade social desenvolvida por Henri Tajfel, que entende a identidade psicossocial como uma tendência a se juntar a determinados grupos, e se tornar pertencente daquele grupo e não de outro, essa junção se dá pela percepção

de categorizar e agrupar as pessoas de acordo com as características que possuem (PAIVA, 2007).

A formação da identidade social está relacionada a busca pela compreensão do ambiente através dos processo cognitivos, o que significa que ao organizar o meio em que vive o indivíduo faz separações entre os objetos, os classificando de acordo com características em comum (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003). Tajfel citado por Pastori e Del Prette (1999), explica que a identidade social ganha forma a partir desses processos de categorização, ou seja, é formada a partir do conhecimento que o indivíduo tem dos grupos a que ele pertence e ao valor que é atribuído a esse pertencimento.

Segundo Tajfel, citado por Tuzzo e Braga (2010, p. 209), esse sentimento de pertença acontece a partir de três pressupostos:

Como um continuum indo do comportamento interpessoal ao comportamento intergrupar; como um ato, mas, sobretudo, um processo social e que se operacionaliza no interior do indivíduo, no espaço das relações individuais e no espaço das relações institucionais. É, portanto, um processo intraindividual, interindividual e intergrupar e como um processo que não ocorre no vazio, mas num certo contexto histórico, onde podem ocorrer fusões ou conflitos e, portanto, pressupõe certa organização social, estrutural e de legitimidade e estabilidade.

Dessa forma Souza (2004), relata que o sentimento de pertença a qual Tajfel se refere não diz somente sobre pertença a um grupo e sim sobre os valores que estão no entorno desse sentimento, permitindo o desenvolvimento de um senso de justiça e identificação com o grupo pertencente e o desenvolvimento de uma solidariedade aos mais excluídos.

De acordo com Tajfel citado por Paiva (2007), nesse processo de categorização formam-se dois grupos, o *ingroup* que é o grupo a que se pertence e o *outgroup* que se refere ao grupo a que não se pertence, nesse sentido a pertença a um grupo pode resultar na exclusão do outro grupo. Segundo Del Prette e Del Prette (2003), o indivíduo possui interfaces que o permite aproximar e também se afastar dos outros, sua história se passa pela dualidade social e pessoal, é construída a partir do passado, presente e futuro.

Ainda em relação à identidade do educador social é possível observar as contribuições da teoria interacionista, tal perspectiva acredita que a constituição do indivíduo se dá por meio de sua relação com o outro, que ao fazer parte de um

determinado contexto cultural ele torna-se parte objetiva e subjetiva desse contexto (BOCK apud SILVA, 2009). Assim nessa perspectiva interacionista e dentre as concepções de identidade estudadas por Stuart Hall (2002, p. 11), está a identidade a partir da noção de sujeito sociológico: “[...] a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem núcleo ou essência interior que é o eu real, mas este é formado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores”.

Dessa forma sua subjetividade é considerada ao mesmo tempo em que é modificada na interação eu e sociedade (WONSOSKI, 2015). De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (2005), tal subjetividade é uma síntese singular que o indivíduo vai construindo a partir das experiências e vivências social e cultural:

[...] é uma síntese que nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro lado, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social. Esta síntese — a subjetividade — é o mundo de ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica; é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2001, p. 23).

Em conformidade com a perspectiva interacionista Silva (2009), apresenta uma síntese de sua pesquisa de mestrado cujo objetivo é identificar a construção da identidade do educador a partir de sua prática, no qual buscou através de referências teóricas interacionistas, analisar as características que o educador vem desenvolvendo em sua prática diária.

Dentre as conclusões de seu estudo Silva (2009), destaca que o processo de construção da identidade do educador envolve um movimento constante de desconstrução e construção, embasado na forma em que o indivíduo enxerga, significa e faz intervenções em seu meio.

No entanto compreende-se que a identidade do educador é construída na interação entre indivíduo e meio, ou seja, de forma coletiva, e está intimamente relacionada a suas práticas, esta é construída a partir dos traços individuais e do contexto que este educador está inserido, ele tem um papel dinâmico nessa construção que se realiza a partir de suas ações (JACQUES, 2013).

As práticas sociais do educador estão voltadas para luta pelos direitos da criança e do adolescente e é nesse conjunto que ele vai construindo seu modo de ser e estar no mundo. Sua mediação objetiva o cuidado com esta população a qual ele se

identifica e se torna pertencente. Nessa relação de pertinência, o educador estabelece um valor emocional a este grupo no qual faz parte, um constante sentimento de cuidado e de justiça, e dessa modo sua identidade vai se formando e se transformando ao longo dos anos.



### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPO DE ESTUDO

Para atingir o objetivo da pesquisa foi realizado um estudo de campo, segundo Gil (2008), tal estudo permite um aprofundamento dos objetivos propostos, apresentando uma maior flexibilidade caso os objetivos precisem ser reformulados e permite uma interação entre as variáveis pelo fato de estudar um grupo específico.

O estudo compreende-se por uma pesquisa qualitativa, segundo Richardson (1999, p. 90), “a pesquisa qualitativa trata-se de uma compreensão mais detalhada de significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”. O mesmo descreve Minayo (2001), ao colocar a pesquisa qualitativa como repleta de significados, aspirações, motivos, crenças, atitudes e valores o que possibilita ultrapassar a operacionalização das variáveis e uma compreensão mais profunda das relações.

De acordo com Haguette (2003, p. 63), “[...] os métodos qualitativos enfatizam as especialidades de um fenômeno em termos de suas origens e de suas origens e de sua razão de ser”. Dessa forma a metodologia do estudo permitiu descrever de maneira detalhada as características dos participantes e possibilitou uma maior compreensão a cerca das questões que permeiam a atuação dos educadores sociais entrevistados.

#### 3.2 PARTICIPANTES

Foi feito um tipo de amostragem intencional, pois devido a experiência de estágio no local, já existia um conhecimento prévio acerca dos profissionais que foram entrevistados, segundo Gil (2008), esse tipo de amostragem requer um conhecimento prévio do grupo a ser estudado.

O programa socioeducativo a qual o estudo foi feito é composto por diversos profissionais denominados por: educadores sociais, técnicos de referência, auxiliar de serviços gerais, cozinheira, oficinairo, auxiliar administrativo e prestadores de serviço, entretanto o programa entende que todos estes profissionais exercem o papel de educador social. Entretanto, o presente estudo foi realizado com aqueles



que foram contratados para exercer a função de educador social, por entender que estes possuem um maior conhecimento e autoridade para falar do papel específico que exercem no programa.

Assim participaram do estudo uma amostra de cinco educadores sociais, entre eles quatro do sexo masculino e um do sexo feminino. A escolha de tais participantes foi de acordo com a disponibilidade dos mesmos. No entanto, o fato de terem sido entrevistados uma quantidade maior homens não significa que estes representam um maior número de educadores no programa, mas sim que possuíam nesse período de tempo uma maior disponibilidade para participar da pesquisa. A amostra utilizada foi uma amostragem por acessibilidade ou conveniência, que de acordo com Gil (2008, p. 94):

Constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão.

Foram utilizados nomes fictícios para todos os participantes de forma a preservar a identidade dos mesmos. Os cinco participantes entrevistados possuem seguimentos religiosos sendo três católicos e dois protestantes. Com relação a escolarização, observa-se que todos possuem ensino médio completo, de forma que dos cinco participantes dois estão cursando ensino superior nas áreas de filosofia e teologia. O tempo de trabalho como educador social varia aproximadamente entre menos de um ano de trabalho, até três anos e acima de oito anos.

Nesse sentido a partir dessa amostra foi possível refletir os objetivos do estudo e obter resultados significativos.

### 3.3 CAMPO DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada na Casa Sol Nascente, um programa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço Comunitário (PSC) na cidade de Serra ES. Tal programa equipara-se ao CREAS e tem como objetivo e operacionaliza um serviço de proteção à criança e ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto através da LA e PSC. Atende a jovens e adolescentes encaminhados a cumprir medidas socioeducativas pelo 2º Juizado da infância e juventude da Serra ES ou pelo juizado de outras comarcas.

O estudo de campo busca um maior aprofundamento das questões propostas, apresenta assim uma maior flexibilidade, pois permite a reformulação dos objetivos, além disso, estuda-se um único grupo e sua interação entre os integrantes (GIL, 2008). Dessa forma o estudo busca um aprofundamento da atuação do educador nesse campo de atuação.

### 3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para auxiliar na reflexão e coleta de dados foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas (Apêndice A), que de acordo com Gil (2008) tal entrevista permite um caráter mais aberto, não se trata de um roteiro rígido, o entrevistado pode falar livremente sobre o assunto cuidando somente para não perder o foco do estudo.

De acordo com Natali e Paula (2008), a entrevista semi-estruturada excede a função de apenas coletar dados dos participantes, pois possibilita um encontro entre pesquisador e entrevistado, na busca de dar sentido aos relatos que o participante traz em suas falas. Como diz Triviño (1987, p. 146):

Podemos entender por entrevista semi-estruturada em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem respostas do informante. Dessa maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Nesse sentido Gil (2008), relata a importância do uso de entrevista visto que trata-se de uma interação social e ao mesmo tempo uma técnica utilizada pelo investigador, onde uma das partes busca os dados e a outra apresenta-se como fonte de informações, possibilitando a obtenção de dados em profundidade sobre o comportamento humano.

Tal entrevista proporcionou uma maior interação entre o pesquisador e participantes, pois possibilitou a construção do conhecimento através de relatos de sua atuação com os adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Foram feitas perguntas abertas acerca da atuação do educador social, contemplando seu papel, habilidades, aspectos relacionados a profissão, a possíveis desafios que possam existir em sua atuação e também acerca da influência que este

exerce na vida dos adolescentes atendidos pelo programa socioeducativo. A entrevista se mostrou repleta de significados, os participantes ficaram a vontade para relatar aspectos de sua atuação.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

No primeiro momento foi feita uma revisão de literatura acerca da atuação dos educadores sociais no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, para isso foi preciso fazer um percurso na história da criança e do adolescente. Além de uma revisão a cerca da socioeducação e das políticas públicas, até chegar às atuais políticas de atendimento a criança e ao adolescente que estão em vigor, entre elas está o estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Somente então o projeto foi encaminhado ao campo de estudo e foi aprovado pela coordenação do programa sendo autorizada a realização do estudo.

Em seguida a pesquisa foi dividida em três etapas: a primeira etapa foi dedicada a observação do campo de estudo e seleção das pessoas que responderam a entrevista aplicada pelo pesquisador, foi feito um primeiro contato com estas pessoas explicando o objetivo e desenvolvimento da pesquisa.

Na segunda etapa foi entregue o Termo de Consentimento Livre e esclarecido aos participantes (Apêndice B) e a Solicitação de pesquisa a instituição (Apêndice C), e foi aplicada a entrevista através das questões que haviam sido pré-elaboradas, deixando os participantes à vontade para responder sem que fosse perdido o foco do estudo, as questões levantadas estavam de acordo com os objetivos da pesquisa e foram gravadas com intuito de obter um relato completo do participante.

A terceira etapa foi dedicada a transcrição das entrevistas e a análise dos dados a partir da análise de conteúdo, utilizando a teoria de Identidade da psicologia social na perspectiva de Henri Tajfel para identificar e interpretar as variáveis presentes nos dados coletados.

### 3.6 ASPÉCTOS ÉTICOS

Aos participantes que aceitaram fazer parte do estudo foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), e também a Solicitação de Pesquisa a Instituição (Apêndice C). A pesquisa atendeu rigorosamente as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde, resolução 466/2012.

Nesse sentido visando manter o sigilo e preservação da identidade dos participantes da pesquisa, foram utilizados nomes fictícios a fim de que a identidade dos participantes não fosse divulgada, lhes assegurando a garantia do anonimato.

Também foi permitido aos participantes retirar sua participação em qualquer etapa da pesquisa, caso não quisessem mais fazer parte do estudo, tal decisão seria respeitada sem que houvesse nenhum tipo de coerção ao participante, e em caso de possíveis danos psíquicos a instituição responsável ofereceu todo respaldo psicológico ao participante. Foi considerado ainda o direito ao acesso a pesquisa e esclarecimento da mesma em qualquer momento que julgassem necessário.

### 3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para investigar as respostas coletadas dos entrevistados foi utilizada a técnica de análise e interpretação dos dados, estes são processos associados, de forma que a análise visa sistematizar os dados para atingir os resultados e a interpretação tem o objetivo de desvelar os resultados, a partir da sua interface com o referencial teórico adotado e pesquisas paralelas (GIL, 2008).

Tal estudo foi interpretado a partir da análise de conteúdo, que segundo Gil (2008) é uma técnica de investigação sistemática e quantitativa e se desenvolve em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados por meio de inferência e interpretação.

Bardin citado por Campos (2004), descreve a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas que usa métodos organizados e objetivos para descrever o

conteúdo da mensagem, através da inferência de conhecimentos que podem ou não ocorrer em dados quantitativos.

Após a transcrição das entrevistas, os dados foram separados por perguntas e temas centrais, em seguida as respostas foram categorizadas a partir de dados em comum de modo a agrupar informações com a mesma representatividade. Assim foram selecionados trechos das respostas para fundamentar cada categoria. Após essa categorização os temas foram discutidos e analisados.

Desse modo para auxiliar na análise e interpretação dos dados foi utilizado também a teoria de identidade da psicologia social. A psicologia social de forma geral define a identidade como conjunto de traços e características do indivíduo através de imagens e sentimentos que o mesmo reconhece como fazendo parte de si próprio (JACQUES, 2013).

Porém, é necessário considerar a interdisciplinaridade que existe sobre essa temática, assim o estudo se utilizou de diversas concepções destacado as contribuições de Ciampa e Henri Tajfel, tais autores realizaram importantes estudos sobre identidade como sendo um processo construído na relação com o outro e com o meio. Dessa forma o referencial teórico de identidade possibilitou refletir sobre os objetivos do estudo e a cerca da atuação do educador social.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca em compreender a atuação do educador social foi investigado diversas questões que envolvem as habilidades, perfil, atribuições, possíveis desafios e implicações relacionadas à profissão, e também a influência do educador social no processo de ressignificação do adolescente que cometeu ato infracional.

Dessa forma ao investigar os fatores que contribuíram para inserção na função de educador social verifica-se as seguintes categorias de resposta: militância e voluntariado; identificação com o trabalho; oportunidade e o fato de ter sido egresso no programa de medida socioeducativa.

Em relação a militância e voluntariado, três dos entrevistados tiveram experiência anterior seja com o trabalho em políticas públicas ou trabalho em movimentos e pastorais de segmento religioso, sendo possível observar que a experiência religiosa esteve presente como ponto fundamental neste início de atuação, tal experiência segundo os entrevistados possibilitou um olhar diferenciado a cerca desse outro, através de uma espiritualidade cristã, do cuidado, e de ações preventivas como informado por Elias:

[...] a profissão e a atuação do educador em si vem desde antes, não é algo que está restrito a um cargo profissional, acho que é ter uma atitude, uma postura, e isso é desenvolvido e trabalhado ao longo dos anos, no meu caso se originou na comunidade religiosa de base, na qual eu participava como catequista e depois fui amadurecendo. Eu fazia um trabalho com crianças na catequese e como coroinha, por isso acredito que a comunidade é um espaço onde a gente aprende ser educador, que é muito mais do que uma escola ou empresa, é lugar onde lidamos com vidas de forma mais totalizadora.

A militância e voluntariado é descrita por Natali e Paula (2008) como característica presente na história antes mesmo da promulgação do ECRAD, nos anos 80 os educadores estavam inseridos nas constantes lutas dos movimentos de rua, movimentos de mulheres, pastoral da criança e outros movimentos da época que lutavam pelos direitos dessa população.

Da mesma forma Vangrelino (2005) descreve a militância e voluntariado como fatores que influenciam na profissão do educador, visto que seu surgimento se deu em meio às lutas em busca dos direitos da criança e do adolescente. O trabalho social consistia nessa atenção dada aos problemas relacionados a infância, dessa

forma as atitudes de repressão e caridade da época eram questionadas na busca por técnicas mais eficazes e sancionadas judicialmente (DONZELOT, 1886).

Assim a partir da fala dos entrevistados foi possível constatar que essa característica ainda continua presente na atuação do educador, visto que grande parte dos participantes tiveram experiência em movimentos e trabalhos anteriores, de ordem voluntária ou religiosa com o mesmo objetivo de prevenção e cuidado com a criança e com adolescente.

A identificação com o trabalho a ser desenvolvido na execução da medicação socioeducativa também foi uma questão que colaborou para inserção do educador, três dos cinco entrevistados demonstram na fala que atuam na área por escolha própria:

Isso aqui pra mim é uma escolha, ser educador social é uma escolha, eu estou aprendendo, já aprendi trabalhar com criança, agora eu estou aqui com os jovens no processo de ressocialização, é um sonho, isso aqui pra mim é uma missão, eu amo esses jovens, eu canto mesmo para que haja mudança neles (RICARDO).

Tal identificação pode ser percebida como fator colaborativo para o indivíduo escolher torna-se pertencente ao grupo, segundo Tajfel citado por Pastori e Del Prette (1999), a identidade é formada a partir do conhecimento e do valor que o indivíduo atribui ao grupo pertencente. Nesse sentido o educador social ao se identificar com a prática, está de certa forma escolhendo pertencer aquele grupo ao qual atribuiu um valor emocional, ao mesmo tempo em que está construindo sua identidade na relação com esse outro.

A identificação surge junto ao sentimento de justiça e solidariedade ao grupo pertencente (TAJFEL apud SOUZA, 2004). O que é possível ser visto na fala do educador ao mencionar o trabalho como uma missão e ao deixar explícito o seu desejo em realizar mudança social através da atuação prática com os adolescentes.

Entretanto esse o fator da escolha pela profissão não cabe a todos visto que dois dos entrevistados relataram terem sido inseridos nessa função pela oportunidade de algo que surgiu:

Na verdade não foi eu quem escolhi, eu sempre trabalhei com política e o meu candidato ganhou para prefeito e eu trabalhei com ele porque era cargo comissionado e foi aí que ele me fez o convite para começar trabalhar como educador social (PAULO).

Outro fator colaborativo para inserção é o fato de na adolescência ter sido atendido pelo programa socioeducativo “Casa Sol Nascente”, e depois de ter cumprido a medida sentiu o desejo de retornar e continuar fazendo parte, desta vez de outra perspectiva que foi exercendo a função de educador social:

Eu já fui um adolescente atendido pela casa no ano de 2005 pra 2006, fiquei na unidade de internação depois fui acolhido pela casa, fui atendido, cumpri minha medida, tive um bom resultado construí uma família e senti o desejo de retornar pra pedir ajuda, pedi um emprego, então eles me acolheram, e graças a Deus abriu essa possibilidade de ficar com eles aqui e ajudar da melhor forma possível, acredito que foi uma iniciativa de Deus (JEAN).

Percebe-se que Jean considera a experiência na casa como positiva de modo que vê neste espaço uma oportunidade de ressignificação, pois o adolescente não somente cumpriu a medida, ele deu um novo sentido a essa experiência, houve uma identificação que permitiu a escolha por este trabalho.

Ao ser investigado às atribuições do educador social foi possível perceber a partir das falas dos entrevistados que cada educador possui uma função específica a ser desenvolvida no programa, sendo elas: oficina de musicalização; artesanato; informática; visita domiciliar ou prestação de serviço a comunidade. Como pode ser observado através da fala de um dos entrevistados que executa a oficina de musicalização:

Aqui na casa eu desenvolvo o trabalho de musicalização através do Rap, eu até fiz um projeto em um período aqui que é escrever a história dos meninos através do Rap [...] dentro das músicas eu busco trabalhar a questão dos sonhos, ou seja temas que vão provocar neles outras perspectivas de vida. Eu sou MC, canto rap e trabalho o rap com os meninos, o meu maior desejo é também um desafio, é poder mudar o contexto que o adolescente vive, o rap e Funk que eles escutam são músicas com conteúdo pornográfico ou de violência, então a minha intenção com essa oficina é mostrar uma nova realidade através do rap e do Funk mostrar um conteúdo diferente, mostrar a parte positiva dessas músicas que também é cultura (RICARDO).

O entrevistado Paulo desenvolve a oficina de artesanato: “Eu trabalho com artesanato, gosto muito de fazer oficinas com materiais recicláveis, porque isso ajuda também eles olharem lá na frente”.

Outro entrevistado relata ser responsável pela parte de informática, seja oferecendo oficinas aos adolescentes ou dando um suporte técnico para a instituição com manutenção dos computadores e elaboração de documentos:

Apesar do meu trabalho aqui ser voltado pra informática a proposta é ser educador, como instrutor de informática eu faço essa mediação de conduzir os meninos a conhecer e aprender as técnicas de informática e



comunicação, isso a partir de uma iniciativa e desejo deles, assim como também a elaboração de currículos para o mercado de trabalho, esse tipo de apoio em formações pro mercado de trabalho, tudo o que envolve tecnologia de informação e comunicação eu tento dar esse apoio, assim como também estruturalmente na casa eu dou um apoio técnico com concerto de computadores e até mesmo a elaboração de documentos, de cartazes e convites (ELIAS).

E também existem educadores responsáveis pela visita domiciliar e Prestação de Serviço a comunidade, como pode ser observado na fala de Elias:

Como educador social estou participando das visitas domiciliar, fazemos esse acompanhamento em casa com a família e participando da PSC que é a prestação de serviço à comunidade, é uma das medidas que o adolescente recebe e precisa cumprir dentro da comunidade.

Entretanto, em alguns casos percebe-se que as atribuições do educador abrangem mais do que uma função específica, segundo os entrevistados atuar como educador é fazer parte do trabalho como todo:

[...] na verdade são várias, o educador social engloba várias coisas, desde o acolhimento do adolescente, acolhimento da família que é encaminhada pelo juizado, essa questão de chegar e dizer bom dia, encaminhar pro técnico e acolher nas oficinas [...] as atribuições são muitas, é claro que cada educador tem seu papel, o meu por exemplo é instrutor de música, porém eu como todos os outros educadores participo de todo processo de atendimento que começa desde a acolhida desse adolescente (RICARDO).

Esse olhar a cerca da atribuição do educador, ser uma prática completa e não somente uma função específica é valorizada e enfatizada pelos entrevistados, como pode ser observado na seguinte fala:

Eu falo que aqui todo mundo oferece aquilo que tem, então muitas vezes é muito mais do que o específico da função, é isso que faz a riqueza desse trabalho, é isso que faz ser menos parecido com uma empresa e mais parecido com uma casa, onde cada um coloca aquilo que tem e não está tão preocupado com a função a qual está designado e sim em oferecer aquilo que pode (ELIAS).

A maior atribuição do educador é também o que norteia sua atuação, ou seja, o comprometimento em defesa da criança e do adolescente que está em situação de risco (NATALI; PAULA, 2008).

Dessa forma compreende-se que a atribuição do educador perpassa a função de mediar uma oficina ou executar uma tarefa específica, sua ação está pautada no cuidado com o público atendido, neste estudo em especial com a criança e o adolescente que cumpre medida socioeducativa. Como diz Natali e Paula (2008, p. 3159): “A atuação profissional do educador social é complexa e exige do educador um constante exercício reflexivo, onde suas práticas educativas devem estar

conectadas há um projeto mais amplo que supere a simples execução de atividades”.

Além das funções específicas também foi possível identificar que a escuta surgiu na fala dos entrevistados não somente como uma função do educador, mas também como uma habilidade e competência necessária para sua atuação, segundo Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 128), a atividade profissional do educador:

[...] repousa nas interações com os usuários dos serviços, aspectos que requerem não apenas o conhecimento de técnicas, recursos e métodos, como também, e principalmente, a capacidade de empatia, escuta e resposta em sua relação profissional.

Os entrevistados relataram a escuta como um fator essencial no ambiente de trabalho visto que os adolescentes atendidos pelo programa sentem a necessidade de serem ouvidos e encontram nesse espaço um ambiente propício para essa interação, como pode ser observado através da seguinte fala:

Quando nós entramos aqui, tivemos por parte da instituição várias formações, sobre como deve ser essa postura do educador, como ele precisa se comportar diante do adolescente, da família e precisa ser aquela pessoa calma, paciente, que mais ouve do que ele fala, porque o adolescente chega aqui precisando ser ouvido, então essa questão de ouvir o adolescente é a parte principal do educador (ANA).

Nesse sentido ao investigar as habilidades e competências para atuar na área além da escuta os entrevistados relataram como fundamental: ter percepção e atenção; analisar e compreender a história de vida do adolescente; administrar as emoções; ter flexibilidade e um olhar de amor ao próximo.

Ter uma boa percepção e atenção para as possíveis demandas que possam surgir na relação com o adolescente foi relatado pelos entrevistados como habilidade essencial na atuação:

Algumas habilidades precisei desenvolver com o tempo, principalmente a atenção. Aqui é preciso estar atento a tudo que acontece, você não pode simplesmente estar com um menino lá tocando uma música e não vê que o outro menino está tendo uma fala paralela, falando que lá na comunidade tal é assim e tal [...] é preciso estar ali fazendo a nossa função e ao mesmo tempo está atento a tudo o que está acontecendo, até para poder identificar as demandas (RICARDO).

Da mesma forma que é preciso se atentar e buscar perceber as identificações desse adolescente, pois esta pode ser o início de uma implicação para o processo de socioeducativo, como pode ser observado nessa fala:

[...] estar atento ao que cada um se identifica mais, pra poder trabalhar com ele, então é preciso ter essa percepção e quando você menos espera um adolescente já mudou seu comportamento e já quer fazer um curso,

arrumar um emprego [...] Então você precisa perceber o que adolescente mais gosta de fazer (PAULO).

Outra habilidade importante relatada pelos entrevistados para atuar na socioeducação é buscar analisar e compreender a história de vida do adolescente:

[...] também o educador precisa ter um certo cuidado com os adolescentes e analisar o seu histórico de vida, porque muitas das vezes o pai pode estar preso, a mãe é uma usuária, então você precisa conhecer minimamente o menino para conseguir compreender melhor o porquê que ele cometeu ato infracional (PAULO).

No entanto essas habilidades permitem uma maior aproximação entre educador e adolescente, permite também uma prática mais eficaz, pois o educador está no contato direto com a realidade do adolescente. Como diz Serrão e Baleeiro (1999, p.25):

O caminho mais fácil para o entendimento entre o educador e o adolescente é a história de vida. É preciso saber um pouco da história de vida do adolescente para conhecer suas potencialidades e dificuldades. Esse conhecimento facilita o diálogo entre o adolescente, educador e grupo.

Saber administrar as emoções entre vida pessoal e profissional também foi apontado como uma habilidade do educador:

[...] aqui você encontra muitas realidades tristes, então é preciso saber administrar suas emoções, saber ponderar isso e também cuidar pra que sua vida pessoal não atrapalhe no atendimento do menino, pra ele não te vê mais pra baixo do que muitas vezes ele chega aqui (RICARDO)

A ausência dessa habilidade pode trazer prejuízos não somente para vida pessoal, mas também no seu ambiente para o ambiente de trabalho. Compreendemos que não há como desvincular esses dois meios, porém é possível administrar essa questão e buscar lidar com cada uma em seu tempo.

Outra habilidade relatada nas entrevistas é a questão de ter flexibilidade para se aproximar do adolescente, estabelecer uma relação de proximidade e não de hierarquia, pois é através dessa relação que o educador consegue despertar a implicação do adolescente para as atividades que lhes são propostas:

Pra dar certo tem que ter o desprendimento daquilo que é seu, daquele cargo específico, daquela função e procurar se aproximar mais dos adolescentes, não é ter uma relação de hierarquia e sim saber se colocar no seu lugar e permitir que o adolescente chegue até você (DANIEL).

Além desses fatores, ter um olhar de amor ao próximo se apresentou como importante habilidade na atuação, pois é atribuído um valor afetivo a relação, permitindo uma maior aproximação entre educador e adolescente e conseqüentemente uma maior possibilidade de comprometimento com a medida:

“saber encaminhar o menino e também aquela questão do olhar para o próximo, tem que ter o amor para o próximo” (RICARDO).

Segundo Natali e Paula (2008), as habilidades necessárias para atuação do educador não são adquiridas apenas com formação em curso superior, elas precisam de uma participação política, estudos específicos e uma constante formação reflexiva. Assim percebe-se que muitas dessas habilidades relatadas pelos entrevistados foram aprendidas com a prática e outras fazem parte da identidade do próprio educador.

Dessa forma ao se investigar os conhecimentos essenciais para atuar na área, os entrevistados relataram os seguintes conhecimentos: do ECRID; SINASE; da área específica de atuação e sobre habilidade de se relacionar com o outro.

Quatro entrevistados relataram como essencial ter o conhecimento da lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) e também do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como pode ser observado na fala de um dos entrevistados:

[...] é possível se pensar nos direitos e deveres mínimos que o ser humano precisa ter para viver com dignidade através do instrumento de trabalho que no nosso caso o instrumento de trabalho, a nossa enxada são as leis que regem a proteção da criança e do adolescente, ou seja, Estatuto e também a lei do Sinase que vem regulamentar e complementar o estatuto, eu não tinha conhecimento aprofundado sobre esses instrumentos, mas percebi durante minha atuação que é necessário pra você ter conhecimento do que é direito daquele adolescente e assim de forma geral conhecimento da Constituição (ELIAS).

O conhecimento de tais leis parece oferecer um suporte ao educador: “A gente precisa estudar muito, ter conhecimento do Estatuto e do SINASE porque é esse conhecimento que nos auxilia na realização do trabalho” (Ana). Percebe-se que a atuação do educador é pautada em direitos e princípios de proteção da criança e do adolescente.

De acordo com Natali e Paula (2008), é imprescindível que o educador tenha conhecimento sobre a luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente que se fundamenta na conquista do ECRID em 1990. Assim o SINASE vem para somar com os direitos da criança e do adolescente, este foi preparado para sistematizar as medidas socioeducativas (FEITOSA, 2011).

Além do conhecimento relacionado a leis da criança e do adolescente os entrevistados relatam ser importante ter conhecimento da área específica de atuação:

[...] assim, por exemplo, se você é da área de informática, você precisa conhecer informática, se você é da área de musicalização você precisa entender de música, de instrumentos, de canto e etc. No meu caso eu sou músico, sou MC faço Rap, sou músico prático, ou seja, sou músico pela vivência prática, tenho até a carteirinha de músico que tirei no ano passado, mas eu tenho procurado ferramentas e estudar mais a música para poder melhorar ainda mais (RICARDO).

Percebe-se que há uma dedicação por parte dos educadores em estudar a área de atuação específica, assim o educador que é responsável pela oficina de música, constantemente busca aprimoramento, da mesma forma que o educador responsável pela oficina de informática busca formações complementares e o outro da oficina de artesanato busca novas temáticas para trabalhar com adolescente. Todos entrevistados relataram que não se trata de um conhecimento estático, é movimento constante em busca de capacitação.

Destacamos aqui também o conhecimento sobre habilidade de se relacionar com o outro como fundamental para atuar na área, segundo os entrevistados antes de qualquer conhecimento é preciso ter o conhecimento humano, buscar olhar o outro como semelhante e saber se relacionar com ele:

O conhecimento humano é essencial, até mais do que o conhecimento específico de sua área, seja na área de informática, área técnica ou da psicologia, mas sim o conhecimento humano a forma de se relacionar, de tratar o outro, isso é anterior a qualquer conhecimento específico, esse conhecimento humano é fundamental é ele que rege todas as leis (ELIAS).

Essa questão de saber se relacionar com o outro foi bastante enfatizada pelos educadores, segundo eles trata-se de um elemento essencial para sua atuação:

[...] acredito que o conhecimento mais importante é o conhecimento do ser humano, saber compartilhar com outro e estar aberto para escutar, nós podemos até usar os mecanismos e ferramentas para trabalhar, mas apesar de serem importantes essas ferramentas não são as principais, acredito que o conhecimento humano ultrapassa isso, ter uma escuta, um olhar para o outro, acredito que isso ultrapassa qualquer conhecimento ou sabedoria (JEAN).

Estabelecer um relacionamento com o outro se mostrou como fator fundamental para atuação do educador, assim é possível perceber que antes de qualquer conhecimento o educador precisa estabelecer uma relação de empatia, buscar compreender e se aproximar do adolescente, pois sua atuação será baseada nesse olhar empático.

De acordo com Del Prette e Del Prette (2016, p. 86) a empatia pode ser definida como “[...] capacidade de compreender e sentir o que alguém pensa e sente em uma situação de demanda afetiva, comunicando-lhe adequadamente, tal compreensão e sentimento”. Nesse sentido o conhecimento perpassa por essa relação de empatia, de saber compreender esse outro e assim buscar formas de intervir.

Nesse sentido ao investigar se foi preciso formação específica para atuar na área e preparação para atender os adolescentes, alguns entrevistados relataram ter feito formação oferecida pela rede do programa em que trabalham: “[...] precisei de formação, principalmente quando eu entrei na casa nós fizemos várias formações, formações específicas sobre o estatuto, hoje não se tem tanto como antes, pois antes eram formações quinzenais” (Ana).

Destacamos aqui também a formação espiritual, relatado pelos entrevistados como fator importante para atuação:

[...] as formações são importantes até mesmo pra gente crescer e isso vai desde as formações técnicas, dinâmicas e espirituais também. Essa questão da espiritualidade é a mais importante é a que move todo o processo de formação principalmente aqui na Casa Sol Nascente que foi uma iniciativa de uma pastoral, de uma religião, essa formação espiritual nos dá sustento para continuar a trabalhar (JEAN).

Segundo Natali e Paula (2008), a formação do educador é ampla, da mesma forma que abrange conhecimentos específicos, abrange também conhecimento crítico em política e militância. É preciso ser dada atenção a essa questão, visto que a partir da capacitação é possível adquirir competências e uma maior qualidade na atuação (SOARES, 2010). Dessa forma o conhecimento se mostrou ser um fator essencial para a prática do educador.

Entretanto, por mais que a formação tenha se apresentado como fator essencial, os entrevistados também relataram a vivência e a prática como fator fundamental para sua atuação:

A vivência acaba contando muito, pois a convivência te permite conhecer o menino até no jeito de olhar então isso muitas vezes você não aprende na formação e sim no dia a dia, mas é claro que a formação é muito importante e contribui muito (RICARDO).

Segundo Vangrelino (2005), os espaços em que o educador foi inserido, seja ele o espaço escolar, comunitário, familiar, ou até mesmo a experiência profissional anterior na assistência social contribui para formação desse educador, pois sua formação está pautada principalmente na experiência. Dessa maneira percebe-se

que as experiências desses educadores bem como seus espaços de vivenciam contribuíram com para sua formação e conseqüentemente para sua atuação com os adolescentes.

Em relação à investigação do perfil do educador social, foi possível verificar as seguintes categorias de resposta: amor ao próximo; vocação; empatia; calmo e compreensivo.

Três dos entrevistados relataram o sentimento de amor ao próximo como característica primordial:

O primeiro perfil é ser apaixonado por gente, é ser uma pessoa que não apenas gosta do que faz, mas ama o que faz, se eu pudesse colocar um perfil eu não colocaria por formação acadêmica, acredito que a idade é mais importante até por questões de amadurecimento, não colocaria por formação intelectual e sim pelo amor ao outro, porque a partir disso buscase o interesse pelo conhecimento pra conseguir alcançar essa pessoa, o perfil do educador é alguém capaz de amar o outro (JEAN).

Esse sentimento de afeto presente na relação do educador com o adolescente tem influência da própria história da educação social que teve sua ação voltada para o cuidado com a população mais carente. Hoje esse sentimento permanece presente na atuação do educador, percebe-se que há um cuidado diferenciado, e isso se deve não somente a um sentimento de afeto, mas também a um compromisso social e político assumido desde o início devido a identificação com o grupo.

A vocação foi outra característica relatada como fazendo parte do perfil do educador social, estar na função de educador é apresentado como escolha: “A questão da vocação é muito importante, pois você precisa querer se colocar neste lugar é preciso fazer essa escolha, pois não dá para estar aqui só por conta do salário que por sinal é pequeno ou só porque está precisando” (Elias).

Percebe-se que a vocação descrita pelo entrevistado implica na decisão de uma escolha, ou seja, nasce de um sentimento afetivo atribuído a profissão de educador. Nesse sentido mais do que uma escolha consciente, trata-se de uma escolha afetiva que se traduz na identificação com a atividade a ser realizada. O educador a partir do sentimento de amor e cuidado com adolescente se identifica com o trabalho a ser realizado e identifica este como uma vocação.

Também foi relatado que é preciso ter empatia para compreender e se aproximar do adolescente que está sendo atendido no programa, percebe-se que o perfil do educador estar relacionado a habilidade de se relacionar com outro, um

conhecimento enfatizado pelos entrevistados como essencial para atuação. Essa característica se traduz no sentimento de amor ao próximo, que resulta no cuidado diferenciado que o educador tem em sua ação:

Um ponto fundamental é a sensibilidade, você precisa se sensibilizar com a situação do outro se colocar no lugar do adolescente, ter a capacidade de escuta, se desprender um pouco da questão legalista porque como sabemos a lei é escrita sem considerar as diversas nuances do indivíduo, então se você aplicar o que está escrito na lei integralmente sem considerar as particularidades de cada situação é muito duro, você precisa ter essa sensibilidade de perceber o outro e identificar no outro qual é a sua demanda (ELIAS).

Ser calmo e compreensivo foi relatado por um dos entrevistados como característica do educador:

A pessoa pra ser um educador ela não pode ser agressiva, não pode ser estressada, porque hoje os nossos adolescentes já são assim, são estressados, agressivos, então mesmo que você seja uma pessoa assim, no seu local de trabalho você precisa ser diferente, precisa ser compreensivo, calmo (PAULO).

Essa característica relatada pelo entrevistado diz respeito a comportamentos assertivos. Nesse sentido é importante que o perfil do educador seja aquele capaz de se colocar de forma assertiva em seu local de trabalho, principalmente na relação com o adolescente. De acordo com Del Prette e Del Prette (2016, p. 75) a habilidade de ser assertivo é:

Usualmente aplicada às situações que envolvem algum risco de consequências negativas, caracteriza um tipo de enfrentamento que requer o autocontrole de sentimentos negativos despertados pela ação do outro ou a expressão apropriada desses sentimentos.

O educador precisa buscar expressar seus sentimentos de forma apropriada, assim ao mesmo tempo em que aprende, ele ensina o adolescente a se relacionar e se expressar de forma mais adequada, ou seja, sem a presença de comportamentos agressivos.

Nesse mesmo sentido ao investigar o papel do educador social, foram às seguintes respostas: amor ao próximo; orientação; transmissão de valores e exemplo de vida.

O sentimento de amor ao próximo foi relato pelos entrevistados como parte do perfil do educador social, e novamente surge nas respostas como papel fundamental para atuação:

O papel do educador social é ajudar o próximo, e não somente aquele que está nas comunidades ou que não é assistido por algum programa, mas também para pessoas que tem uma boa condição financeira, então eu acho



que é esse amor ao próximo, o cuidado, porque se eu não amo o próximo eu só vou trabalhar mecanicamente (RICARDO).

É possível perceber na fala dos entrevistados uma prática intencionada pelo sentimento de amar o outro, tal sentimento aparece nas falas como fator fundamental para atuação, visto que possibilita uma implicação maior com a realização do trabalho, pois envolve mais que a simples execução de uma tarefa, trata-se de uma prática intencionada e pautada em uma relação afetiva.

De acordo com Severino (2006), o homem tem sua existência marcada pela prática, isso se dá através das relações com os semelhantes, com o trabalho, na socialização, na cultura e na própria subjetividade, tal ação não é uma prática mecânica, ela é marcada por um objetivo intencionado.

Segundo Paiva (2007), a identidade psicossocial do indivíduo é determinada pelo papel que ele desempenha, tal papel é constituído pelas relações estabelecidas no grupo, e pode ser conferido ao indivíduo ou alcançado por ele. Assim entende-se que o sentimento de amar o outro faz parte da identidade do educador, visto que tal sentimento foi alcançado através do trabalho com os adolescentes.

Por meio das práticas sociais é possível compreender a identidade do indivíduo, segundo Garrido (2012), tais práticas podem ser compreendidas como ação e luta pelos direitos sociais, pautado na participação popular que busca a garantia desses direitos e a cidadania.

Dentre essas práticas do educador também foi relatada a função de orientação:

Eu vejo que o papel principal é orientar, essa parte de orientação, a ressocialização, por que o menino chega, vem sem nada, só sabe que tem um nome, não conhece seus direitos, não conhece seus deveres. Então você vai orientar, dizer que ele tem um nome, que ele é um cidadão de direito, que ele tem valor e também orientar a família nessa parte (ANA).

De acordo com Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 128), “[...] o exercício profissional do educador social se baseia na orientação, na melhoria, no enriquecimento e nas contribuições para os processos educativos dos demais [...]”. Tal orientação é uma forma de contribuir para que o adolescente exerça sua cidadania, segundo Serrão e Baleeiro (1999), falar em cidadania é falar de igualdade, é buscar conviver e respeitar as diferenças, trata-se de ultrapassar o bem estar individual e buscar um bem estar coletivo. Assim o educador através de sua prática orienta o adolescente sobre os seus direitos e deveres como forma de contribuir com o processo de ressocialização e cidadania.

A transmissão de valores e exemplo de vida que a figura do educador transmite ao adolescente também foi relatado como papel do educador:

Eu acredito que o papel do educador é muito mais do que a transmissão de conhecimento, e sim uma transmissão de valores, de exemplo, de modelo, de carinho e de cuidado, então nesse sentido todos somos e devemos buscar ser educadores (ELIAS).

Dessa forma, seja qual for o papel do educador, é preciso enfatizar a importância de ser uma prática intencionalizada, tais práticas “devem se oferecidas de forma pensada e contextualizada, a partir de uma intenção pertinente sobre seu fazer e sobre seus objetivos fins” (SOARES, 2010, p. 6).

Em relação a satisfação com o trabalho que realizam, os entrevistados apontam para uma satisfação considerável: “[...] eu gosto do trabalho que eu estou fazendo aqui, então quando você faz uma coisa que você gosta você faz por amor, você faz direito e fica satisfeito, aquilo te engrandece” (Paulo).

Entretanto essa satisfação não é completa, pois os mesmo reconhecem a necessidade de constantes melhorias e busca por aperfeiçoamento em algum aspecto de sua atuação:

Eu anseio por mais, tenho tido bons resultados, mas eu quero mais, eu não quero ouvir óbito dos meninos como as vezes acontece aqui, eu quero ouvir que o menino foi mudado através de uma oficina, através de uma fala, um gesto, um dos meus sonhos é vê esses meninos casados tendo filhos e chegar pra mim falando ‘olha você lembra daquela fala que você teve comigo? Pois é to aqui deu certo’, eu quero sempre ter essa busca por mais, eu tenho a satisfação em estar exercendo essa profissão, mas ela por completo seria vê esses resultados acontecendo, então eu sempre vou almejar por isso, porque muitas vezes o processo é demorado, pois o menino vive sua vida toda em uma realidade e não vai ser com um ano, com uma hora semanal que essa realidade vai mudar, eu acredito que é um trabalho de semente, você planta aqui pra colher em um outro dia, não é deletar o que ele viveu, mas é uma questão de encaminhar educar, de mostrar outros caminhos (RICARDO).

Os educadores mostram estar satisfeitos com sua atuação, no entanto é notável o anseio por melhores resultados, principalmente em relação ao processo de implicação do adolescente com a medida socioeducativa:

Me sinto satisfeito pessoalmente e realizado por fazer esse trabalho acompanhar vida, sofrer com vida, porque isso me torna mais sensível à vida, mais humano, porém não é uma realização plena porque temos tanto desejo e sabemos que é difícil fazer com que os adolescentes e as famílias fiquem longe de atos infracionais e daquilo que traz riscos a sua vida pessoal e familiar é difícil alcançar essa ressignificação, então olhando para esse lado não me sinto totalmente satisfeito, mas no sentido de ser educador de estar nessa função eu estou satisfeito sem dúvida, só pelo fato de ter a possibilidade de apontar caminhos e quem sabe através disso possamos alcançar resultados extraordinários (JEAN).

Os educadores apontam para o fato de que é preciso almejar sempre mais, trata-se de uma luta constante para romper com os desafios e buscar a implicação do adolescente nesse processo da socioeducação.

Ao investigar os desafios presentes na atuação do educador foi possível identificar as seguintes questões: falta de recursos; insatisfação com a remuneração; dificuldade em administrar as emoções; implicação do adolescente com o processo socioeducativo; influência do ambiente; preocupação em naturalizar a perda; visão individualista e conflito nos relacionamentos entre educadores.

O principal desafio relatado por quatro dos entrevistados foi à falta de recursos para dar conta da demanda do programa:

Tem vezes que você quer dar uma oficina e você não tem o material que precisa, isso pra mim é um desafio, você não ter o suporte que precisa, demora demais, eu mesmo já tirei dinheiro do meu próprio bolso pra comprar materiais para oficina, eu compro começo e espero o restante do material chegar para continuar, porque se eu sempre comprar com o dinheiro do meu bolso infelizmente não dá, o educador já não ganha muito (PAULO).

Percebe-se que precariedade dos recursos públicos influencia diretamente na atuação do educador, os educadores não possuem apoio necessário para intervir nas constantes demandas que surgem em seu meio, isso limita sua ação, pois o que era para pra ser de direito um auxílio para o educador passa a ser um problema em sua atuação.

Nesse sentido Silva (2009), relata em seus estudos que a falta foi um fator determinante para a insatisfação dos educadores, essa falta está presente na condição precária de trabalho, falta condições materiais, físicas e também de reconhecimento profissional.

Outro desafio relatado foi a questão da remuneração apareceu de forma discreta na fala de alguns entrevistados como sendo também um dos desafios na atuação, “Muitas vezes até o salário do educador não é tão satisfatório” (Ricardo).

Os entrevistados relatam não receberem o equivalente ao trabalho realizado, porém o amor e a identificação com a profissão fazem superar esse desafio, “pra você começar se não for por um motivo maior de dinheiro ou salário, você precisa se identificar minimamente com aquilo que o serviço propõe” (Elias). Essa mesma questão também aparece nos estudos de Silva (2009), onde os entrevistados

relatam o salário como uma das insatisfações na prática, segundo o autor este não permite que o educador tenha um satisfatório padrão de vida.

Os entrevistados haviam relatado o não saber administrar as emoções da vida pessoal e profissional como uma habilidade do educador e novamente essa questão surge, porém como um desafio:

[...] nós também temos uma vida isso faz com que muitas vezes não nos dediquemos como deveria ao nosso trabalho com os adolescentes, individualmente temos nossas questões, o adolescente precisa do serviço funcionando 100% e o educador ao mesmo tempo em que precisa cuidar da família precisa dar conta do trabalho, então acho que a gente se esbarra às vezes em administrar essa questão (ELIAS).

No entanto é preciso enfatizar que administrar as emoções da vida pessoal e profissional visto que é relatada como uma habilidade essencial para atuação do educador e, no entanto torna-se um desafio diário, pois o educador constantemente recebe influências do seu trabalho na vida pessoal e da mesma forma da vida pessoal no ambiente de trabalho. Segundo Dubar (2005), sua existência e sua forma de agir está marcada pelas constantes socializações presentes na sua história e na relação entre o indivíduo e o meio.

Outro fator que corrobora para dificuldade em administrar as emoções da vida pessoal e profissional, diz respeito às várias identidades que possuímos. Nesse sentido ao mesmo tempo em que o indivíduo é educador, ele também pode ser pai, ou filho, e assim a cada momento ele vai manifestar uma parte do seu eu, entretanto ele não deixará de ser essa totalidade (CIAMPA, 2004).

Despertar a implicação do adolescente no processo de mudança também foi relatado como um desafio presente na atuação do educador:

O desafio é o próprio menino ele as vezes vem pra cá ferido emocionalmente, então o desafio é você conseguir ouvir ele, conseguir acalmar ele, colocar sonhos no coração dele, fazer ele compreender que é possível. Um menino que ganha um bom dinheiro no tráfico, por exemplo, você fala pra ele que com o trabalho ele vai ser mais feliz, vai viver mais tranquilo, o desafio é esse, é conseguir gerar no menino esse desejo de mudança, fazer ele acreditar que é possível (RICARDO).

De acordo com Serrão e Baleeiro (1999, p. 25), “A imagem refletida, às vezes, é negada, ignorada ou até guardada em algum lugar desconhecido dentro dele, ressurgindo, ou não, tempos depois”. Apesar de muitas vezes o educador ser tido como uma referência no processo socioeducativo, despertar a implicação do adolescente não depende somente da ação desse educador, o adolescente precisa

estar aberto a esse processo, ele escolhe se implicar ou não, não se trata de uma escolha do educador.

Porém, o educador tem uma papel fundamental que é provocar um processo de reflexão que possibilite o adolescente buscar essa implicação. Natali e Paula (2008) relatam como fundamental ação desse educador o exercício reflexivo, que deve ser feito junto ao adolescente promovendo assim a autonomia e implicação do mesmo nesse processo. Percebe-se que essa prática reflexiva possibilita a implicação do adolescente no processo de mudança à medida que ele tem oportunidade de observar sua prática em outro ângulo, e visualizar alternativas e possibilidades para demanda que está vivenciando.

Outro desafio apontado foi a influência que o adolescente recebe do ambiente externo:

A maior dificuldade é em relação ao mundo, a gente busca fazer a ressignificação e esse mundo lá fora briga muito com a gente, nós aqui tentamos dá uma base pra esses adolescentes, mas é um desafio diário porque às vezes você está com um menino bem e por um deslize você perde ele (ELIAS).

Por mais que a prática do educador busque o processo de ressocialização envolvendo a comunidade como um todo, o adolescente ainda recebe influencia do meio em que vive, nesse sentido é sempre um desafio para o educador fazer com que esse adolescente se implique e ressignifique a sua vivência na comunidade.

Outro desafio apresentado pelos entrevistados é o receio de naturalizar a perda e a morte:

[...] pelo fato de estar trabalhando muito tempo aqui eu vi muitos óbitos, muita morte então o desafio é fazer com que isso não se torne uma banalização dentro de mim, não deixar que se torne algo natural ou normal, a casos que a gente não chora mais e isso é ruim porque a vida é um dom de Deus. Independente de como essa morte veio foi uma morte, o desafio maior é comigo mesmo de não tornar isso tão natural tão normal, em nossa cidade temos um índice de violência alto e parece que isso faz com que fiquemos em uma defensiva acreditando que isso vai acontecer a qualquer momento então para além do desafio de ressocializar, de acompanhar de estar junto do adolescente, de aprender ou ensinar é esse dinamismo dentro de mim, é estar aqui não só de corpo, mas também de espírito (JEAN).

A atuação do educador lhe traz consequências afetivas, o entrevistado relata haver certa naturalização dos eventos negativos a medida que eles vão se tornando constantes, e isso produz um sentimento de angustia no educador em vê sua prática correr o risco de ser naturalizada.

A visão individualista e o conflito nos relacionamentos entre educadores que acabam surgindo no ambiente de trabalho também foram apontados pelos entrevistados como um desafio na atuação:

Vejo como desafio os relacionamentos entre os educadores a nível pessoal, porque profissionalmente todo mundo se esforça, mas devido algumas questões pessoais as vezes acontece de um querer estrangular o outro e isso como em qualquer outro lugar acaba prejudicando a qualidade do serviço e também um pouco da visão individualista de querer ficar só no seu quadrado (ELIAS).

Percebe-se que a atuação do educador, mais do que uma função específica está voltada para execução do trabalho como um todo, nesse sentido uma visão individualista traz consequências negativas, pois impede a participação nesse processo. É preciso que cada educador participe de todo trabalho, entretanto se atente a sua função na casa, para evitar conflitos no ambiente de trabalho.

Outro fator investigado que gerou discussão entre os entrevistado é a regulamentação da profissão do educador. Foi possível perceber que tal questão tem deixado os educadores confusos, eles percebem a regulamentação como ponto positivo para categoria, entretanto também apresentam certo receio pelas possíveis consequências que esta pode produzir na atuação do educador, principalmente em relação a formação:

[...] é interessante ter regulamentação até porque você garante os direitos, mas isso é preciso ser estudado com cuidado para não excluir ninguém, pois os principais educadores hoje são aqueles sem formação e que tem sua ação a partir da prática (ELIAS).

De acordo com Natali e Paula (2008), a formação do educador é um ponto que deve ser refletido com cuidado, não há uma obrigatoriedade em possuir formação específica, os educadores possuem uma ampla formação, ou muitas vezes não tem formação superior, no entanto o pré-requisito é estar implicado com o conhecimento crítico e político e também conhecimento da educação não formal. Dessa forma Silva citado por Garrido (2012), relata que essa flexibilidade na formação do educador, produz como consequência uma complicação na formulação de normas e procedimentos de trabalho para atuação do mesmo.

Um ponto positivo da regulamentação relatado pelos entrevistados seria a valorização da categoria:

[...] existem até brincadeiras dos colegas como, por exemplo, eu sou psicólogo, então eu tenho onde procurar meus direitos e o educador social? Se você coloca na internet você não acha educador social, você vê o cargo de pedagogo, assistente social, professor, mas educador social você não

vê, então eu pensei que seria muito bom se regulamentasse, até pra valorizar mais a categoria (PAULO).

A garantia dos direitos trabalhistas também foi relatado como ponto positivo da regulamentação: “Sei que regulamentando teria um sindicato mudaria as questões trabalhistas isso seria muito importante, muito bom, por isso que eu digo que é desconfortante essa situação” (Jean).

Nesse mesmo sentido Natali e Paula (2008) descrevem que dentre os empecilhos que dificultam o estabelecimento da identidade do educador como profissional está a falta de leis trabalhistas e representatividade da classe. No entanto compreende-se que a regulamentação fortaleceria a identidade trabalhista deste profissional através da valorização da categoria e do estabelecimento de direitos e leis trabalhistas.

O ponto negativo relatado pelos entrevistados é sobre o risco de perder os princípios da educação social e também em relação aos educadores que atuam a bastante tempo na área e não possuem formação em ensino médio ou fundamental:

Alguns dias atrás nós tivemos uma reunião falando sobre isso e foi debatido a questão da formação, onde a maioria dos educadores não tem ensino médio, ou nem mesmo fundamental completo, meu modo de pensar é que muitas vezes você tem um ótimo educador social e apesar dele não ter escolaridade o tempo de casa tornou ele experiente, aí quando você regulamenta uma lei e coloca como um dos critérios a formação, talvez você fere alguns dos princípios e perde um excelente educador (PAULO).

Esse receio em se perder os princípios da educação social é enfatizado pelos educadores entrevistados:

Pode ser também que regulamentando possa surgir concursos, uma série de provas e aquele viés social que é característico do educador, aquela dedicação integral ao trabalho, esse cuidado, essa questão da vocação, do voluntariado pode acabar se perdendo (ELIAS).

Todos os educadores entrevistados possuem ensino médio completo e dois deles estão cursando ensino superior, ainda assim foi possível identificar uma grande preocupação com aqueles educadores que tem a experiência como único conhecimento para atuação, os entrevistados temem a possibilidade de perder estes educadores, mas também consideram a formação como complemento importante a essa prática. Há também uma preocupação em perder o caráter de trabalho pautado na militância e no voluntariado, compreendendo que a regulamentação pode exigir outros critérios de inserção.

Nesse sentido o Projeto de Lei nº 5346/2009, em tramitação, enfatiza a fundamental importância da consolidação da profissão do educador social, a fim de garantir o

cumprimento e execução do trabalho pautado no compromisso com o sujeito de direito. De acordo com Garrido (2012), tal projeto de lei exige como formação apenas o ensino médio, no entanto fica a critério dos municípios e Estado a elaboração de um plano de carreira determinando a remuneração e formação adequada a cada realidade.

Além de investigar os fatores que contribuíram para inserção na função de educador social também foi investigada a motivação para continuar atuando na área, de acordo com Lieury e Fenouillet, (2000, p. 9):

[...] a motivação é o conjunto de mecanismos biológicos e psicológicos que possibilitam o desencadear da ação, da orientação (para uma meta ou, ao contrário, para se afastar dela) e, enfim, da intensidade e da persistência: quanto mais motivada a pessoa está, mais persistente e maior é a atividade.

Assim ao investigar os fatores responsáveis pela persistência do educador em sua atuação os entrevistados apresentaram as seguintes motivações: amor pelo trabalho; possibilidade de influência na vida dos adolescentes; possibilidade de proporcionar sorrisos e o reconhecimento dos familiares.

O amor pelo trabalho foi relatado por um dos entrevistados como fator motivador em sua atuação:

Eu gosto disso! Eu por exemplo deixei o meu comercio pra estar aqui. E também eu sou missionário na minha igreja, sempre amei, eu amo a juventude, ir para as bocas de fumo, eu amo cantar rap, as minhas músicas eu canto pra promover mudança, não é simplesmente fazer refletir, o rap e o hip e hip tem ideologia então eu canto pro menino escutar e parar de querer usar droga, pra que a menina que está vendendo seu corpo, que está se relacionando com vários caras, pra ela escutar e falar "eu quero mudar de vida" eu sonho com isso, sonho em um dia ser um pastor que vai ter uma igreja vai atuar no social (RICARDO).

Esse sentimento de amor pelo trabalho e o desejo em realizar mudança foi identificado na fala dos entrevistados em vários momentos da entrevista, é este sentimento que motiva a atuação do educador e permite a identificação com trabalho realizado.

Outro fator de motivação relatado por um dos entrevistados foi a possibilidade de influência na vida do outro, nesse sentido percebe-se o cuidado que o educador possui em suas ações, visto que de maneira direta ou indireta ele influi no processo de ressignificação que o adolescente vivencia no programa socioeducativo:

Quando eu penso em motivação para trabalhar sempre me vem a cabeça a dimensão da influência que a gente tem na vida desses meninos porque eu acredito que tudo que você faz na vida é tentando deixar uma marca no



mundo ... quando se trata de vidas eu até me impressiono com potencial de interferência que temos na vida do outro isso me motiva e ao mesmo tempo que me motiva me assusta e me pede uma responsabilidade muito grande porque não é qualquer coisa que você pode falar, de qualquer jeito a qualquer momento, você precisa ter cautela sabendo que se trata de uma vida, então o que me motiva é essa possibilidade de interferir e contribuir positivamente com a vida do outro (ELIAS).

O mesmo pode ser observado na fala de Ana: “o que me motiva é essa possibilidade de estar realizando meu trabalho, de estar fazendo, mesmo que pequena, uma diferença na vida do outro”.

Tal influência é descrita por Jacques (2013), ao relatar que o indivíduo tem um papel ativo na construção do meio, através da mediação ele tem a possibilidade de transformar o meio e também ser transformado por ele, trata-se de uma articulação entre o indivíduo e o social que produz resultados na prática.

A possibilidade de proporcionar sorriso e ter o reconhecimento dos familiares também foi relatado por um dos entrevistados como fator motivador:

[...] é ver o sorriso do próprio adolescente e da família, quando você vê eles te agradecerem pelo que você faz e isso faz com que você olhe e siga adiante, eu por ser educador e por ser pai muitas vezes me coloco no lugar desses pais, eu já tive em minha própria casa problema com meu filho, tive que trazer ele aqui, ele já foi atendido pelo projeto (PAULO).

Ter vivenciado uma situação semelhante também contribui para atuação do educador, percebe-se que essa experiência motiva e anima o educador a estar exercendo essa profissão, pois ele conhece na prática os resultados positivos dessa ação.

Dessa forma um dos entrevistados apresenta como motivação o fato de ter sido um adolescente atendido pelo programa socioeducativo e conseqüentemente ter a possibilidade de motivar o outro com a sua experiência de vida:

Como já fui atendido pela casa, de certa forma eu entendo o que esses adolescentes estão vivendo, entendo a questão da linguagem da forma de agir, isso permite uma identificação boa, me permite chegar direto no adolescente e caminhar com ele, na história, na comunidade, inclusive alguns pais de adolescente me conhecem, conheceram minha história e me vendo aqui aumentam a esperança. Eu entendo o mundo deles eu sei o que é ter poder, o que é ter uma arma na mão, o que é poder comprar o que se quer, então quando o adolescente chega e fala que não vai sair daquela vida é difícil ouvir, mas é a realidade deles, esses adolescentes não tem acesso a teatro, a espaços de cultura, alguns deles nunca foram ao Convento e se bobear nem mesmo sabem que é um espaço público. O fato de eu já ter sido apreendido facilita muito essa nossa relação na casa, tem momentos quando se tem oportunidade eu acabo contando para os meninos minha história, outras vezes eles mesmos percebem através do meu jeito de falar, porque tem certas gírias que só quem é do meio mesmo conhece. Então o que me motiva é saber que estou aqui que posso fazer

disso uma testemunha viva, porque eu sou uma prova viva de que é possível você traçar novos rumos (JEAN).

Percebe-se que a experiência de ter sido egresso, enriquece o trabalho do educador e possibilita uma maior aproximação com adolescente, pois este vivenciou na prática o que é cometer ato infracional e cumprir medida socioeducativa. Além de ser uma motivação para o educador, essa vivência parece motivar também o adolescente a participar de forma ativa no processo de ressignificação, pois este vê no educador inspiração e estímulo para seguir implicado na medida socioeducativa.

Ao investigar os resultados esperados pelo educador social a partir de seu trabalho, o processo de transformação e ressignificação foram tidos por unanimidade como o resultado mais esperado pelos educadores entrevistados:

O resultado é eu conseguir andar na rua como já aconteceu, encontrar com o menino e ele falar que está trabalhando, que saiu daquele meio que vivia, que está vivo, casado, que mudou, acho que o resultado que eu espero é esse de mudança, ele chegar e falar "você lembra daquele sonho que eu compartilhei com você! ele gerou no meu coração o desejo e por isso eu pude buscar essa transformação", espero que essas sementes que estou plantando virem grandes árvores e tenham lindos frutos (RICARDO).

A intenção do educador é que o adolescente busque sempre o melhor caminho, que ressignifique o ato infracional, tendo consciência de suas escolhas. Esse processo de transformação acontece na interação entre o indivíduo e o meio: "A efetiva transformação, uma mudança dele a ressignificação do ato infracional e que eles possam voltar para a comunidade de onde vieram querendo mais, criando coisas maiores, buscando outras coisas" (ELIAS).

Segundo Hall (2002), essa interação entre o indivíduo e sociedade é o que permite formar a identidade, trata-se de uma identidade na concepção de sujeito sociológico, que considera a subjetividade do indivíduo ao mesmo tempo em que a modifica na constante relação com o outro e com o meio. O educador tem então sua identidade constituída nessa relação com o adolescente, o que resulta em possibilidades de mudança e ressignificação não somente para o adolescente, mas também para o educador que segue transformando sua prática. A prática vem tornar o indivíduo e os demais conscientes de seus papéis na transformação da sociedade (GARRIDO, 2012).

Além da transformação e ressignificação os entrevistados também relataram o desejo de vê o adolescente fazendo escolhas conscientes: "[...] em última instância se eles continuarem nessa vida que seja por uma escolha e que eles estejam

conscientes das conseqüências dessa escolha, que esta não seja uma única alternativa, nem o único caminho apresentado a eles” (ELIAS).

Essa escolha consciente é resultado de um processo de medida socioeducativa que deu certo, pois o adolescente consegue então fazer a reflexão sobre seu ato e tomar uma postura consciente de sua responsabilidade e dever.

Dessa forma buscando compreender a influência que os educadores exercem no processo de ressignificação do adolescente que cumpre medida socioeducativa, foi relatado pelos entrevistados a exemplaridade e a referência como fator de influência:

[...] muitas das vezes ele (adolescente) tem como referência o traficante que está lá no bairro, nunca tem outra referência positiva pra se espelhar, por esse motivo a gente tenta ser isso aqui mais do que um professor de informática, mais do que um técnico, mais do que um cozinheiro a gente busca ser uma referência mesmo, abrir a essa questão da escolha pra que ele possa ter possibilidade de escolher e não ser levado a se matar no meio do tráfico porque somente foi mostrado aquele caminho (ELIAS).

O fato de se referência foi bastante enfatizada pelos entrevistados, a prática do educador parece influenciar diretamente na forma como o adolescente vivencia a medida socioeducativa:

Eu tenho consciência de que enquanto educador acabo influenciando esse adolescente. Através de nós ele consegue vê que é possível, que ninguém é super herói, eles acabam percebendo que todos somos humanos, temos as mesmas dificuldades e as mesmas possibilidades também (RICARDO).

Assim essa relação entre adolescente e educador permite a criação de um vínculo, o educador se vê na responsabilidade de apresentar novos caminhos para esse adolescente através de uma referência positiva, inclusive a referência de si próprio, segundo Serrão e Baleeiro (1999, p. 25):

Através da compreensão e do conhecimento da realidade de vida do adolescente, o facilitador pode perceber o sentido e o significado de suas ações e atitudes, passando a funcionar como um espelho no qual o jovem vai se mirar para reconhecer a sua própria imagem. Imagem que reflete a confiança, o respeito e o afeto do educador pelo adolescente, assim como aquilo que acredita ser possível a este alcançar. Tal espelhamento propicia o vínculo e permite que o compromisso entre educador e adolescente se estabeleça. Este compromisso é, antes de tudo, reciprocidade e empatia, fazendo do diálogo um método de trabalho adequado para o desenvolvimento pessoal e social.

Nesse sentido a postura e os comportamentos do educador também são relatados pelos entrevistados como fator de influência no processo de ressignificação:

Eu acho que nós influenciamos com o bom comportamento, você tem um comportamento adequado eles vêem essa diferença no educador, supomos se você está na rua, ou na festa bebendo e você vê um adolescente, o que você vai fazer? No meu modo de pensar você não deve

beber na frente daquele adolescente, porque qual o respeito que você vai querer dele amanhã no seu local de trabalho, então você começa a analisar por aí, eu achou que o espelho da casa é o próprio educador que está na entrada recebendo o adolescente, porque se eu não der o melhor de mim, até mesmo no modo de vestir, de me expressar, isso o adolescente guarda pra ele, então o jeito de você falar, de tratar o adolescente vai influenciar ele, porque você vai ser tido como referência (PAULO).

Contudo ao buscar entre os entrevistados uma definição do ser educador, não foi possível chegar a uma única elucidação, cada entrevistado relatou de forma particular um aspecto significativo de sua atuação. Segundo Silva (2009), a identidade do educador social é construída em meio ao contexto em que ele está inserido e marcada pelos acontecimentos desse meio. Da mesma forma Jacques (2013), entende que a identidade é formada através do contexto em que o indivíduo está inserido e de suas práticas neste meio.

Nesse sentido ao buscar tal definição os entrevistados relataram que ser educador é mais que uma escolha, é ter disposição para atuar na área e caminhar junto ao adolescente.

Também um dos entrevistados relatou que ser educador é estar em constante processo de mudança através da autoavaliação: “É estar constantemente fazendo uma auto avaliação, uma avaliação pessoal, reavaliar suas porque muitas vezes você só está em um discurso de cunho moral, então você precisa constantemente fazer uma auto-análise e reavaliar sua atuação” (JEAN).

Ciampa citado por Wonsoski (2015), acredita que a identidade é construída nesse constante processo de transformação e na maneira que se dão as relações do indivíduo. No entanto percebe-se que tal processo faz parte da identidade do educador que exerce em sua atuação com os adolescentes um contínuo processo de mudança e autoavaliação.

O educador constrói sua identidade na prática cotidiana, na convivência diária com os educandos e com o meio, por esse motivo é dada a importância de um contínuo repensar a atuação, através de constantes reflexões em busca de identificar alternativas para sua conduta e conseqüentemente para transformação de seu entorno (SOARES, 2010).

Outros entrevistados relataram que ser educador é ser referência na vida do adolescente uma referência positiva que inspire a implicação do adolescente na busca do que este quer ser:

O fundamento de ser educador é essa interferência positiva na vida do outro, é ser referência, pode ser qualquer tipo de referência seja de ser brincalhão, seja de ser chato, enfim ser referência, levar o adolescente a pensar que ele pode ser o que quiser, eu acho ser educador é isso, é ser esse modelo, por isso que eu digo que Jesus foi o maior educador pois ele viveu com testemunho muito mais do que com as palavras arrastou e continua arrastando multidões como caminho possível e como nosso modelo também enquanto Pastoral do menor de acolhida de escuta de cuidado esse tipo de modelo que o educador tem que ser pra realmente fazer a diferença na vida dos adolescentes (ELIAS).

Tal interferência se mostra pautada no segmento religioso, percebe-se que essa questão está constantemente presente nas falas dos entrevistados, isso se justifica porque estes em sua vida pessoal possuem uma vivência religiosa e também devido ao próprio programa “Casa Sol Nascente” ter sido fundado por uma iniciativa religiosa, assim tais fatores demonstram influenciar a prática desse educador.

De fato a vivência religiosa produz influências na atuação, visto que este fato está diretamente relacionado a identidade e ao grupo de pertença do educador. Segundo Dubar (2005), a identidade do indivíduo é resultado da articulação de dois processos, o biográfico e relacional, que correspondem respectivamente as experiências nas instituições pertencentes (família, escola, comunidade) e aos conhecimentos e habilidades do próprio indivíduo. Percebe-se então que a experiência religiosa do educador está articulada as suas ações no programa socioeducativo.

Contudo o sentimento de amor ao próximo novamente aparece na fala dos entrevistados, desta vez como parte de sua identidade:

Ser educador é amar ao próximo e não se conformar com as mazelas do outro, o educador não deve se conformar, ele não se conforma, ele quer mudar, ser educador é ter dentro do seu coração uma chama que não se apaga, uma chama de amor ao próximo, é ter o desejo de contribuir com a mudança, é ser sonhador é sonhar, é ser plantador é ser um agricultor que vai plantar semente na vida das pessoas, é ter fé, porque a fé é o fundamento de coisa que se espera, de coisa que não se vê, é ter fé de que o que está sendo feito hoje mesmo que pareça invisível vai gerar resultado amanhã (RICARDO).

A identidade do educador está estreitamente relacionada a esse sentimento, e isso faz com que sua atuação seja única, provocando um maior envolvimento do educador com seu trabalho na socioeducação, devido ao valor afetivo atribuído a sua prática. Tal sentimento produz consequências positivas para o educador que tem sua identidade construída na relação com adolescente e com meio, e também para o adolescente que passa a fazer escolhas conscientes, pois torna-se conhecedor de seus direitos e responsabilidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscamos refletir sobre a atuação do educador social no atendimento aos adolescentes que cumprem medida em um programa socioeducativo de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade.

Para isso foi discutido questões relacionadas a habilidades, perfil e atribuições do educador, bem como os possíveis desafios de sua atuação e implicações relacionadas a profissão, também foi discutido a influência que esse exerce no processo de ressignificação do adolescente, isso a partir de relatos e entrevistas realizadas com os educadores sociais atuantes na "Casa Sol Nascente".

Diversos fatores colaboraram para inserção do educador em seu campo de atuação, no entanto a militância, o voluntariado e a identificação com o trabalho foram tidos como fatores mais relevantes para inserção, tais fatores estiveram presentes ao longo da história e permanecem influenciando as práticas do educador social nos dias atuais.

No que diz respeito a atribuições do educador foi possível constatar que mais do que a execução de um trabalho específico, sua prática está voltada para realização do trabalho como um todo, e destaque esta como sua maior atribuição, visto que em sua atuação permeia o comprometimento em defesa da criança e do adolescente.

Com relação às habilidades e competências do educador, ter uma boa percepção e atenção no trabalho desenvolvido foi destacado pelos entrevistados como habilidade essencial para atuação, outras habilidades que também foram destacadas pelos entrevistados, entre elas a busca por compreender a história de vida do adolescente, saber administrar as emoções, buscar ser flexível e ter um olhar de amor para se aproximar do adolescente. No entanto percebe-se que tais habilidades não são adquiridas apenas em formação superior, neste caso a vivência e a prática se mostram essenciais para atuação.

Em relação a formação os entrevistados destacaram as formações específicas, formações oferecidas pela rede e formação espiritual como importantes para atuação do educador, entretanto enfatizam também o conhecimento humano que se traduz na habilidade de se relacionar com outro, esse conhecimento foi relatado pelos entrevistados como conhecimento primordial, visto que primeiramente é

preciso sentir empatia pelo adolescente atendido, buscar olhar para história de vida do adolescente, saber ouvir para então identificar as demandas e em seguida buscar estratégias de solucioná-las.

O educador descreve seu perfil como sendo aquele capaz de amar o próximo, e relata que sua atuação não se trata apenas de uma profissão, mas também de uma vocação, onde é preciso ter sensibilidade e empatia para compreender esse outro. Assim ao investigar o papel do educador, foi possível constatar que além do sentimento de amor ao próximo, envolve orientação, transmissão de valores e exemplo de vida, tais práticas fazem parte da identidade desse educador e marcam sua existência.

Os educadores demonstram uma satisfação considerável em relação a realização do trabalho, esse sentimento só não é completo pois estes almejam constantes melhorias e uma total implicação do adolescente com o processo de mudança. Há também os desafios que surgem na atuação, visto que há uma insatisfação com a remuneração, faltam recursos, há conflitos nos relacionamentos entre os educadores e muitas vezes o próprio adolescente não se implica com o processo de ressignificação, além da influência do ambiente de risco e violência que ele vivencia no meio externo.

Destaco também a profissão do educador como ponto de reflexão, os educadores demonstram reconhecer os pontos positivos que a consolidação da profissão acarretaria, mas também sentem receio quanto ao critério de formação que tal regulamentação possa estabelecer. De acordo com relato dos entrevistados muitos educadores tem sua ação pautada na experiência e não possuem nem mesmo formação em ensino médio, a preocupação está em perder esses educadores que exercem uma ótima atuação, porém não possuem formação em ensino médio ou superior.

Quando investigado a motivação para continuar atuando na área eles relatam o amor pelo trabalho, a missão, e a possibilidade de gerar mudança. Aqui se destaca também a possibilidade de interferência que o educador tem na vida do adolescente, visto que este tem um papel ativo e através de sua mediação ele pode transformar o meio e ao mesmo tempo ser transformado. Assim é nessa relação entre educador e meio que este constrói sua identidade. Outras motivações relatadas dizem respeito a experiência de ter vivenciado situação semelhante e assim poder fazer a diferença

na vida desse outro , bem como receber um reconhecimento pelo trabalho que é realizado.

Finalmente ao se investigar os resultados esperados a partir de sua atuação, os educadores relatam o desejo da efetiva transformação e ressignificação, o desejo é que os adolescentes busquem fazer escolhas conscientes assim o educador poderá vislumbrar o resultado de sua prática.

Percebemos que a identidade do educador social é marcada pelo sentimento de amor ao próximo, esse sentimento está presente não só na definição de educador, mas também no perfil e no papel que ele realiza a partir de sua prática. Assim sua identidade é composta pelo contínuo desejo de mudança, esse desejo ao mesmo tempo em que motiva o educador também aparece como desafio, o impedindo de alcançar a completa satisfação na atuação. Percebe-se que a atuação do educador é marcada pelo papel de referência que ele transmite para população atendida, e pelo comprometimento e luta pelos direitos dessa população.

Por fim, compreendemos a importância de mais pesquisas sobre essa temática, pois além do conhecimento e fortalecimento da identidade do educador, possibilita também a construção de ações e manejos para intervir e acompanhar os adolescentes atendidos por programas de medida socioeducativa. A figura do educador tem um papel imprescindível no processo de ressignificação do ato infracional, ele exerce uma significativa influência ao adolescente que cumpre medida socioeducativa. A partir de sua prática intencionada e de constante análise e reflexão a cerca da realidade ele desperta a implicação e comprometimento do adolescente para transformação de si e da sociedade.





## REFERÊNCIAS

ARANZEDO, Alexandre C.; VENTORIN, Helena M. Centro de Referência Especializado Social (Creas): o desenvolvimento do serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC do Município de Vitória (ES). In: SERPA, Ana Maria, P.; RAIZER, Eugênia C. (Org.) **Política de Assistência de Vitória (ES): olhares sobre a experiência (2005 - 2012)**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2012. p. 197 - 2012.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOCK, Ana M.B; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de L. T. A psicologia ou as psicologias. In:\_\_\_\_\_. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 15 -28.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília 2016a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em> 10 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.Brasília 2016b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 11 set. 2016.

BRASI. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**.Organização da assistência social. Brasília 2011a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm)>. Acesso em: 11 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**.Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)>. Acesso em: 13 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília, 2011b. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_creas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_creas.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BRASIL.Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2004.

BRASIL.**Projeto de Lei nº 5346/2009**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/962461.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BRASIL.**Projeto de Lei do senado nº 328/2015**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=166982&tp=1>>. Acesso em: 4 mai. 2016.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília (DF): Conanda, 2006. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/sinase.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

CAMPOS, Claudinei José G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasil Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CARNEIRO, Paloma M. C; OLIVEIRA Márcia H. de. O papel do educador social no centro de apoio a família e a intervenção do profissional de serviço social. **Seminário Integrado**, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 1-22, 2013.

CARVALHO, Josué de O; CARVALHO, Lindalva, R. S. O. A educação social no Brasil: contribuições para o debate. In: 1 CONGRESSO INTERNACIONAL PEDAGOGIA SOCIAL, 1, 2006, São Paulo. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100024&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100024&script=sci_arttext)>. Acesso em: 30 abr. 2016.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: Resolução CNAS/ 109/ 2009. Brasília: CNAS, 2009.

COSTA, Antonio C. G. **É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do Município**. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

CIAMPA, Antônio da C. Identidade. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 58-75.

CRUZ, Lílian; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de F. Infância e políticas públicas: Um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia e Sociedade**. Rio Grande do Sul, v. 17, n. 3, p. 42-49, set-dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822005000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=PT](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=PT)>. Acesso em: 20 mai. 2016.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. Assertividade, sistema de crenças e identidade social. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 125-136, jun. 2003. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/imagadb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20041214095307.pdf](http://www.pucminas.br/imagadb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214095307.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2016.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. **Psicologia das relações interpessoais**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Trad. de M. T. das Costa Albuquerque; revisão técnica de J. a. Guilhon Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FEITOSA, Juliana B. **A Internação do Adolescente em Conflito com a Lei como “Única Alternativa”**: reedição do ideário higienista. 2011. 243 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: <[http://www.esedh.pr.gov.br/modules/inscrit\\_quest/uploads/8/29032016170321\\_ppi\\_uem\\_juliana\\_biazze\\_2011.pdf](http://www.esedh.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/uploads/8/29032016170321_ppi_uem_juliana_biazze_2011.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2016.

GARRIDO, Noêmia de C. Educador Social: diferentes campos de atuação, formação e reconhecimento profissional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 1., 2012, Campinas. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092012000200015&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092012000200015&script=sci_arttext)>. Acesso em 20 abr. 2016.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A, 2008.

GOIÁS. Secretaria de Cidadania e Trabalho. Superintendência da Criança, do Adolescente e da Integração do Deficiente. **Medida Sócio - Educativa de Liberdade Assistida**. Manual de Orientação - Medidas Sócio-Educativas Não Privativas de Liberdade. Goiânia, 2000. Disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/medida\\_socio\\_educativa\\_de\\_liberdade\\_assistida.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/medida_socio_educativa_de_liberdade_assistida.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2016.

GOUVÊA, Maria C. S. de; JINZENJI, Mônica Y. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). **Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais**, v. 11, n. 31, p. 114-132, abr. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a09v11n31.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

JACQUES, Maria da G. C. Identidade. In: JACQUES, Maria da G. C. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 159-167.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social?, **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 11, n.2, p. 301-308, ago./dez. 2012. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173/8639>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LIEURY, A.; FENOUILLET, F. **Motivação e aproveitamento escolar**. Trad. Silva, Y. M. C. T. Silva. São Paulo: Loyola, 2000.

MATOS, Lucita C. **Prisioneiros do estigma: representações sociais sobre adolescente infrator**. 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) - Centro de Ciência da saúde, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004. Fortaleza – Ceará 2004. Disponível em: <<http://www.stds.ce.gov.br/phocadownload/trabalhoscientificos/dissertacao/lucitacunhamatosmestrado.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NATALI, Paula M.; PAULA, Ercília M. A. T. de. Educadores sociais atuantes nas ONGS: reflexões sobre formação profissional. In: Educação: Profissionalização Docente e Educação, 8, 2008, Ponta Grossa, **Anais eletrônicos....** Ponta Grossa: [s.n.], 2008. p. 3154-3165. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/301\\_117.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/301_117.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2016.

OLIVEIRA, Salete M. de. A Moral Reformadora e a Prisão de Mentalidades: Adolescentes Sob o Discurso Penalizador. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. V.42, n. 13, p. 75-81, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a07.pdf>>. Acesso em: 5 set 2016.

PAIVA, Geraldo J. Identidade Psicossocial e pessoal, como questão contemporânea. **Psicologia**, São Paulo, v. 38, n. 1, 77-84, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/%20viewFile/%201926/1432>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

PASTORI, Fábica Cristina. H.; DEL PRETTE, Almir. A infância e os processos de categorização das diferenças sócio-econômicas: A construção da identidade social. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; TANAKA, Eliza D.; MORI, Nerli N. R.; SHIMAZAKI, Elsa M. (Org.). **Perspectivas interdisciplinares em Educação Especial**. 1. ed. Londrina: Editora da UEL, 1998. p. 203-206.

ROMANS, Mercè; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume. **Profissão: educador social**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROSA, Edinete M.; RIBEIRO JÚNIOR, Humberto R.; RANGEL, Patrícia C. **O adolescente a lei e o ato infracional**. Vitória: EDUFES, 2007.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Wilian L.; SILVA, Marcio A. da.; O educador social: uma função socioeducativa ou de segurança?. **Serviço Social Revista**, Londrina, v.14, n. 1, p. 102-123, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/10979/10890>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. São Paulo: FTD,1999.

SEVERINO, Antônio J. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: França Lima, Júlio C.; Neves, Lúcia M. W. (Org.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 289-320.

SILVA, Gerson H. da. Educador social: Uma identidade a caminho da profissionalização?.**Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 479-493, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/05.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SOARES, José N. O. Influências do trabalho do educador social nas práticas educativas para crianças e adolescentes: Programa Escola Bairro Barueri. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2010, Campinas.p. 1-17. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092010000100016&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092010000100016&script=sci_arttext)>. Acesso em: 1 abr. 2016.

SOUZA, Lídia de. Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In: SOUZA, Lídia de; TRINDADE, Zeide A. (orgs.) **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 57-73.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.; **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUZZO, Simone A.; BRAGA, Claudomilson F. Redes sociais e sentimento de pertença: o que pensam os estudantes do ensino médio. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 3/4, p. 207-220, mar./abr. 2010. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/1370/916>>. Acesso em: 23 set. 2016.

VANGRELINO, Ana Cristina dos S. O Processo de formação de Educadores Sociais na área da infância e juventude. In:28a. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PEQUISA EM EDUCAÇÃO, 6, 2005, Caxambu – MG. **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, 2005. p. 1-15. Disponível em <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06430int.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WONSOSKI, Wanessa. O conceito de identidade em Antonio da Costa Ciampa, Zygmunt Bauman e Stuart Hall. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 4 ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JUNIOR, 24, 2015, Londrina.

**Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2015. Disponível em:

<<http://www.eaic.uem.br/eaic2015/anais/artigos/324.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2016.

XAVIER, Aracely. **As ações, lutas, estratégias e desafios do movimento de defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Espírito Santo.** 2008. 167 f.

Dissertação (Mestrado em Política Social) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. Disponível em:

<<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Aracely%20Xavier.pdf>>.

Acesso em: 15 fev. 2016.

ZANATTA, M. S. Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica. **Perspectiva**, Erechim, v. 35, n. 132, p. 41-54, dez. 2011. Disponível em:

<[http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132\\_232.pdf](http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132_232.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2016.

ZUCCHETTI, Dinora T.; MOURA, Eliana, P. G. Práticas socioeducativas e formação de educadores: novos desafios no campo social. **Ensaio: avaliação políticas públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 8-28, jan./ mar. 2010.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n66/a02v1866>>. Acesso em: 10 out. 2016.

## APÊNDICE A – ENTREVISTA

1. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
2. Idade?
3. Qual a sua formação?
4. Há quanto tempo que trabalha como educador (a) social?
5. Como se deu o início da sua atuação como educador social? Porque escolheu ser um educador social?
6. O que você faz como educador social, ou seja, quais são as suas atribuições?
7. Quais são as habilidades que você acredita ser essencial para atuar nessa área? Você já possuía essas habilidades ou precisou desenvolver com o tempo?
8. Quais os conhecimentos essenciais para atuar na área? Você já possuía esses conhecimentos ou precisou desenvolver com tempo?
9. Você precisou de uma formação específica ou preparação para atender esses adolescentes que cumprem medida socioeducativa?
10. E sua opinião como é o perfil do educador social? Qual o papel que ele desempenha?
11. Você se considera satisfeito com o trabalho que realiza? Porque?
12. Quais os desafios que você encontra no seu trabalho?
13. Como você percebe o fato da profissão de educador social não ser regulamentado por lei. Em sua opinião quais implicações isso produz em sua atuação?
14. Se a profissão fosse regulamentada, quais os critérios deviam ser exigidos?
15. O que te motiva a trabalhar como educador social?
16. O que te motiva atender os adolescentes que cometeram ato infracional?
17. Quais os resultados que você espera a partir de seu trabalho nesse programa socioeducativo?
18. Qual a influência que você enquanto educador social exerce no processo de ressignificação do adolescente que cometeu ato infracional e cumpre medida socioeducativa?
19. Pra você ser educador é...?





## **APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título da Pesquisa:**Atuação do educador Social no atendimento a adolescentes que cometeram ato infracional.

**Aluno (a) Pesquisador:** Jéssica dos Anjos Ribeiro

**Pesquisador responsável:**AlexandreAranzedo.

**Instituição:** Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

**Justificativa e objetivo da pesquisa:** Considerando o importante papel do educador social no trabalho socioeducativo com os adolescentes que cometeram ato infracional, esse estudo se dedicará a analisar a atuação, bem como o papel, atribuições e desafios desses educadores, visto que suas ações exercem grande influência no desenvolvimento do adolescente que cumpre a medida socioeducativa, para isso serão realizadas entrevistas com os educadores da instituição que desejarem participar do estudo.

**ESCLARECIMENTOS E DIREITOS:** Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados através do seguinte contato **(27) 3331 8500**.O entrevistado também tem a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

**CONFIDENCIALIDADE DOS REGISTROS:** As identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo. Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade e para autoridades normativas em saúde nacionais ou internacionais, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

Eu,

\_\_\_\_\_,  
portador da Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_  
expedida pelo Órgão \_\_\_\_\_, por me considerar devidamente  
informado(a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa  
a ser desenvolvida, livremente expresse meu consentimento para inclusão,  
como sujeito da pesquisa.

Assinatura do Participante Voluntário

\_\_\_\_\_

Assinatura Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_

Assinatura do Aluno Pesquisador

\_\_\_\_\_

Data

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE PESQUISA A INSTITUIÇÃO

Vitória, 01 de agosto de 2016.

Ao Programa de Liberdade Assistida Comunitária e Prestação de Serviço à Comunidade “Casa Sol Nascente”  
Rua M, nº 9, Bairro Manoel Plaza, Serra/ES  
Cep: 29160-420

Assunto: Solicitação de pesquisa na Casa Sol Nascente

Senhor (a) responsável,

Solicitamos autorização para realização de pesquisa na Casa Sol Nascente, intitulada “Atuação do Educador Social no atendimento a adolescentes que estiveram em conflito com a lei”, que tem como objetivo analisar a atuação desse educador, bem como suas atribuições, competências, desafios e importância no processo de ressignificação dos adolescentes que estiveram em conflito com a lei. Para isso serão realizadas entrevistas com os educadores da instituição que desejarem participar do estudo.

Essa pesquisa refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Jéssica dos Anjos Ribeiro, matrícula nº 6912100010, do curso de Psicologia desta instituição, sob orientação do Prof. Dr. Alexandre Aranzedo.

A metodologia utilizada será a realização de entrevista semiestruturada, aplicada individualmente a, aproximadamente, 06 educadores sociais que desejarem participar do estudo.

Fica assegurada a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como a garantia de que não serão utilizadas as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição.

Caso haja algum tipo de restrição, estamos abertos à reestruturar o procedimento previsto de coleta de dados.

Respeitosamente,  
Prof. Dr. Alexandre Cardoso Aranzedo  
Coordenador do Curso de Psicologia  
Faculdade Católica Salesiana do ES